



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ANDRÉIA DA SILVA NEIVA

**EDUCAÇÃO, LUTAS E RESISTÊNCIAS: O OLHAR DO MAB FRENTE ÀS
ESTRATÉGIAS DO CAPITAL PARA A APROPRIAÇÃO DA ÁGUA NO
TERRITÓRIO DA BACIA DO RIO CORRENTE**

**AMARGOSA, BA
2019**

ANDRÉIA DA SILVA NEIVA

**EDUCAÇÃO, LUTAS E RESISTÊNCIAS: O OLHAR DO MAB FRENTE ÀS
ESTRATÉGIAS DO CAPITAL PARA A APROPRIAÇÃO DA ÁGUA NO
TERRITÓRIO DA BACIA DO RIO CORRENTE**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação –
Mestrado Profissional em Educação do Campo do Centro
de Formação de Professores da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais do
Campo e Educação.

Orientadora: Dr^a Silvana Lúcia da Silva Lima.

AMARGOSA, BA

2019

**FICHA CATALOGRÁFICA
ELABORADA PELA BIBLIOTECA
UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA -
CFP/UFRB**

Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

N417e

Neiva, Andréia da Silva.

Educação, lutas e resistências: o olhar do MAB frente às estratégias do capital para a apropriação da água no território da bacia do Rio Corrente. / Andréia da Silva Neiva. – Amargosa, BA, 2019.

52 fls.; il.color.; 30 cm.

Orientadora: Prof. Dr. Silvana Lúcia da Silva Lima.

Artigo científico (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2019.

Bibliografia: f. 47-51.

Inclui Apêndices.

CDD – 379

ANDRÉIA DA SILVA NEIVA

**EDUCAÇÃO, LUTAS E RESISTÊNCIAS: O OLHAR DO MAB FRENTE ÀS
ESTRATÉGIAS DO CAPITAL PARA A APROPRIAÇÃO DA ÁGUA NO
TERRITÓRIO DA BACIA DO RIO CORRENTE**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação –
Mestrado Profissional em Educação do Campo do Centro
de Formação de Professores da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

Orientadora: Dr^a Silvana Lúcia da Silva Lima.

Aprovada em: 24 de maio de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Silvana Lúcia da Silva Lima
(Orientadora)

Prof^a. Dra. Gilsélia Macedo Cardoso Freitas
(Membro Interno)

Prof^a. Dra. Kássia Aguiar Norberto Rios
(Membro Externo)

AMARGOSA, BA

2019

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do esforço em sistematizar debates coletivos a partir da realidade concreta de atingidos e atingidas por barragens organizadas no MAB. Assim agradeço imensamente às companheiras e companheiros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) pelos constantes ensinamentos e oportunidade de melhorar enquanto ser humano e de contribuir com a luta por um mundo melhor.

À minha família pelo apoio incondicional aos caminhos que escolhi trilhar e orientação precisa sempre que necessária.

A Temoteo, meu companheiro de todas as horas e todas as lutas, por compartilhar comigo amor, sonhos e sorrisos.

Às companheiras e companheiros da Coordenação Regional do MAB que ajudaram na construção desse trabalho, com a leitura atenta do texto.

Às organizações e pessoas parceiras que contribuíram com a luta e experiência em todos os processos da pesquisa militante que subsidiaram a elaboração desse trabalho.

A Silvana, pela orientação, companheirismo, confiança e militância na construção de um mundo justo.

Aos professores/as e colegas do curso pelas trocas e oportunidades de reflexão. Agradeço sobretudo, às colegas amigas Lídia, Marta e Mocinha.

A Ranulfo Peloso, pelo exemplo de educador popular, pela escuta, prosas e importantes contribuições e reflexões na construção, correção e organização do Texto Base, apêndice desse artigo.

Gratidão à todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram com construção desse trabalho.

RESUMO

Este artigo se destina a fazer uma análise sobre a apropriação da água no campo para subsidiar atividades de formação da militância do Movimento dos Atingidos por Barragens em espaços de processos educativos comunitários sob a perspectiva da luta de classes. As análises abordam questões pertinentes à apropriação privada da água no Território da Bacia do Rio Corrente. A partir das reflexões feitas, é apontada a necessidade de se produzir um texto base e uma cartilha para auxiliar o debate nos espaços formativos do MAB, isso tendo em vista a escassa sistematização sobre o tema e à necessidade de que tenha abordagem convergente com a linha política do movimento. Na composição do trabalho são feitas reflexões sobre configuração/formação histórico geográfica do Território, pontuações sobre as formas de apropriação privada sobre a água materializada na região, trazendo a reflexão de que as ações executadas estão intimamente ligadas às ações globais, o que denominamos de Geopolítica da Água. Destacamos como resultado desse processo global de medidas para a apropriação privada da água o conflito ocorrido entre camponeses e agronegócio em Correntina, BA, representado pelo grupo Igarashi. Para a construção das análises optamos pelo materialismo histórico dialético. O presente trabalho, bem como o texto base e a cartilha são produtos do Mestrado Profissional em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB.

PALAVRAS CHAVES: Educação do Campo, MAB, Conflitos, Mercantilização da água, Grilagem da Água.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the appropriation of water in the countryside to support activities of formation of the Movement of People Affected by Dams in spaces of community educational processes from the perspective of class struggle. The analyzes address issues pertaining to the private appropriation of water in the Corrente River Basin Territory. From the reflections made, it is pointed out the need to produce a base text and a booklet to help the debate in the formative spaces of the MAB, in view of the scarce systematization on the theme and the need for a convergent approach to the political line of the movement. For the composition of the base text and booklet reflections are made about the territory's geographical configuration / historical formation, points on the forms of private appropriation of water materialized in the region, bringing the reflection that the actions performed are closely linked to global actions, what we call the Geopolitics of Water. We highlight as a result of this global process of measures for the private appropriation of water the conflict between peasants and agribusiness in Correntina, BA, represented by the Igarashi group. For the construction of the analyzes we opted for the historical dialectical materialism. The present work, as well as the base text and the booklet are products of the Professional Master's Degree in Rural Education at the Teacher Training Center (CFP) of the Federal University of Recôncavo of Bahia / UFRB.

KEY WORDS: Rural Education, MAB, Conflict, Water Mercantilization, Water Grabbing.

LISTA DE SIGLAS

AIBA – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

CBDDDH – Comitê Brasileira de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos

CFP – Centro de Formação de Professores

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAMA – Fórum Alternativo Mundial da Água

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPI – Fiscalização Preventiva e Integrada

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MP – Ministério Público

ONU – Organização das Nações Unidas

PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas

PIB – Produto Interno Bruto

PRODECER – Programa de Desenvolvimento do Cerrado

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Territórios de Identidade da Bahia	15
Mapa 2 – Território da Bacia do Rio Corrente	16
Mapa 3 – NE 1822	24
Mapa 4 – Bacia do Rio Corrente	35
Mapa 5 – Cidades do Rio Corrente	35

QLISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ações/Atos em defesa das questões ambientais na Bacia do Rio Corrente 40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. OS CAMINHOS DA PESQUISA E SEUS SUJEITOS	13
2. MAB E OS PROCESSOS EDUCATIVOS COMUNITÁRIOS	18
3. A GEOPOLITICA DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO CORRENTE: PRODUÇÃO DE MERCADORIAS E CONTRADIÇÕES	22
3.1 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO RIO CORRENTE	22
3.2 A GEOPOLITICA DA ÁGUA	29
3.3 CONFLITOS EM CORRENTINA	37
3.3.1 GRILAGEM DAS ÁGUAS EM CORRENTINA BAHIA	42
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
5. REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE A	52
APÊNDICE B	63

INTRODUÇÃO

Este texto traz reflexões sobre Educação do Campo, um projeto de formação humana que ultrapassa os processos de escolarização, intencionando contribuir com as práticas formativas do Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB, a partir da elaboração de um texto base e de uma cartilha com reflexões sobre a geopolítica da água que favorece a apropriação privada, partindo da realidade concreta dos conflitos ocorridos no Território da Bacia do Rio Corrente, localizado no Oeste da Bahia, entre camponeses e empresas do agronegócio. Os escritos produzidos a partir desse trabalho de pesquisa subsidiarão o debate e processos formativos executados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens em todas as instâncias organizativas do mesmo, com a sua militância contribuindo na formação de todos os atingidos de forma geral¹. Tendo em vista que o presente trabalho é demanda da organização, foi uma tarefa que a pesquisadora assumiu diante do sujeito coletivo, visando suprir a necessidade de sistematização sobre a temática.

Dentre às muitas frentes de atuação e lutas das organizações sociais populares, a Educação do Campo é uma das ferramentas/meios para a construção do projeto contra hegemônico e popular de sociedade, o MAB, reconhecendo-se como sujeitos social, popular e de luta política, tem/vê na prática da Educação do Campo a possibilidade de trabalhar a formação de novos sujeitos capazes de contribuir com a construção dessa nova sociedade, pois, a compreende enquanto educação emancipadora.

O projeto popular de sociedade, envolve a construção de princípios e valores a partir da solidariedade, das necessidades humanas, um mundo organizado para todos, “propõe uma reorganização profunda da sociedade. É obra de muita gente junta, disposta a lutar por um ideal de justiça” (BENJAMIN, CALDART, 2000, p.14). Cada sujeito coletivo de luta popular social deve contribuir dentro da sua área específica de atuação, somando-se ao todo. Para o MAB, tendo em vista seu processo histórica de luta na defesa da água e do meio ambiente no bojo das contradições da produção de energia no país, uma de suas tarefas é contribuir na construção de um modelo Energético e Popular considerando as diversas formas de produção de energia, articulando trabalhadores do campo e da cidade em torno desse debate, uma vez que mais de 60% da matriz elétrica do Brasil é hidráulica (ANEEL, 2019), assim é fundamental discutirmos

¹ Todos os integrantes/instâncias que compõem o movimento tem fundamental importância e não os/as compreendemos de forma hierarquizada. Contudo cada uma cumpre/tem tarefas específicas. Os processos formativos para cada uma dessas instâncias têm planejamento, intensidade e metodologia específica, o texto base será um subsídio.

o uso e apropriação da água. Contudo, é importante ressaltar, que o debate de modelo energético ultrapassa essa fronteira, é muito mais amplo, engloba outras fontes, outras bases naturais de produção de energia como minérios, petróleo, vento, sol, biocombustíveis etc, tudo engloba o debate do modelo energético, fazendo a análise para além da tecnologia de produção, tendo em vista que o cerne da questão está na apropriação da energia e não somente no debate da tecnologia. É preciso discutir: Energia pra quê e pra quem? Quem controla? Qual o destino dos recursos advindo da produção, exploração dessas riquezas. Todavia esse debate é objeto para outro trabalho de pesquisa. E esse debate sobre projeto/modelo energético, partindo dos princípios e prática que abrange a educação emancipadora, encontra eco na educação do campo.

Como educação emancipadora, compreendemos ações que pressupõe uma mudança radical, uma proposta contra hegemônica alinhada à construção do projeto popular de sociedade. Tendo em vista a emancipação humana como “uma forma de sociabilidade, situada para além do capital, na qual os homens serão plenamente livres, isto é, na qual eles controlarão, de maneira livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção da riqueza material” (TONET, 2014, p. 11).

O exercício da Educação do Campo na prática educativa dos movimentos sociais também é constituído por processos educativos comunitários que se assemelham à compreensão de Tonet (2014), uma vez que em todos os seus espaços formativos, com a prerrogativa de sua autonomia, conduzem suas práticas sob novos princípios e valores que trazem reflexões sobre a realidade e criam possibilidades para uma mudança sócio territorial forjada pelas lutas dos sujeitos coletivos de direitos no enfrentamento às contradições impostas pela sociedade capitalista

Para se chegar às análises feitas nesse trabalho são descritos no texto os caminhos e os sujeitos da pesquisa, o porquê das escolhas, os processos educativos comunitários no MAB, pontua-se brevemente a formação/contexto do território onde atuamos, bem como, as contradições da realidade concreta que justificam sua realização.

A partir das experiências e das práticas do MAB com camponeses dentro da organização e com articulações externas, identificou-se temas e questões que precisavam ser trabalhadas e aprofundadas nos processos formativos desenvolvidos, visando a transformação material da realidade. Aqui, considerando-as imprescindíveis ao processo de organização da classe trabalhadora e à transformação social. Por isso de construir, sistematizar sobre a apropriação da água, uma vez que os debates que se encontram são fragmentados e superficiais.

Dentre as ações realizadas pelo movimento, destaca-se a Escola Regional de Formação, uma experiência recente organizada pelo MAB como processo formativo junto aos/as camponeses/as, especialmente com a juventude. Essa experiência suscitou reflexões sobre a necessidade de construir materiais para estudo que possam contribuir com a militância no debate na referida Escola, nas reuniões de planejamento, bem como em outras situações que o movimento julgar necessário, fazendo debate sobre a água, tema relevante na atualidade e foco de grandes e constantes conflitos sobre seu uso e apropriação.

Os produtos elaborados a partir dessa pesquisa, serão organizados em quatro eixos principais além de sua introdução. Primeiro faremos um resgate histórico e político da apropriação capitalista no campo, contextualizando o porquê do Oeste da Bahia, onde se localiza o Território da Bacia do Rio Corrente, recorte territorial da pesquisa. Segundo, traremos o que denominamos a geopolítica da água onde discutimos as estratégias do capital para se apropriar das águas, a materialização da privatização das águas no campo, flexibilização das leis, dentre outras estratégias como as barragens que também dialogam com a produção do agronegócio. Terceiro, traremos o debate sobre a grilagem das águas pelas empresas do agronegócio. No quarto eixo será retratado o conflito entre camponeses e agronegócio, a luta e a resistência na região.

1. OS CAMINHOS DA PESQUISA E SEUS SUJEITOS

O Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB é fruto das lutas de enfrentamento às contradições ao modelo hegemônico de produção energética imposta pelo grande capital. Inicialmente são registradas várias ações e organizações isoladas em diversas regiões do Brasil, sempre motivadas pela implantação de grandes barragens, a exemplo dos enfrentamentos ocorridos na região Nordeste, quando da construção das barragens de Sobradinho e Itaparica, às margens do rio São Francisco; na região Norte com a usina de Tucuruí no rio Tocantins e na região Sul com a construção de Itaipu² no rio Paraná e Itá e Machadinho na bacia do rio Uruguai, destacando-se como maiores ações de resistências e enfrentamento (ZEN, FERREIRA, 2012, p. 489).

Os enfrentamentos apresentados acima geraram articulações e experiências que ocasionaram na criação de um movimento nacional que reúne ribeirinhos, populações

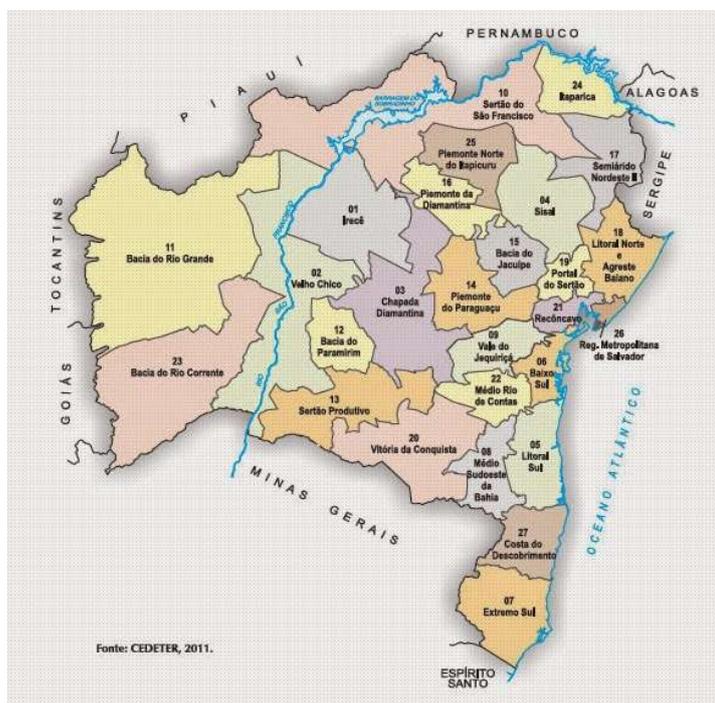
² Sobre o processo de luta e resistência dos atingidos na construção de Itaipu, ver o livro “Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu de Guiomar Inez Germani.

tradicionais, pescadores, camponeses (proprietários ou não), trabalhadores rurais e urbanos afetados de alguma maneira pelas construções das barragens, como explica Zen e Ferreira (2012).

Nasce como reação ao tratamento dado aos atingidos por barragens pelas empresas construtoras, governos e proprietários desses empreendimentos, mas representa também uma força de transformação social, pois sua ação por um novo modelo energético, dentro de um projeto popular para o Brasil, ultrapassa os territórios em que se constroem as barragens. Constitui-se como um movimento autônomo, de massa, com forte característica popular, além de manter uma organização horizontal e dinâmica com pouca estruturação burocrática. (ZEN, FERREIRA, 2012,p. 487)

Por força da contradição em que surge, o MAB, é na sua gênese um movimento defensor do meio ambiente e dos direitos humanos. Luta inicialmente em defesa dos direitos básicos das populações atingidas, mas no seu percurso configura-se com um movimento de luta social e política por transformações profundas na sociedade, enfrentando e questionando o sistema político e econômico vigente, mais precisamente representado pelo modelo energético, buscando garantir a dignidade de seus integrantes, bem como, de toda sociedade.

Em março de 1991 a articulação e organização do MAB se nacionaliza e, no final dos anos noventa, por ocasião de projetos de barragens no rio Formoso, chega até o Território da Bacia do Rio Corrente³, um dos territórios de identidade do estado da Bahia, conforme apresentado nos mapas.



MAPA 1 - Territórios de Identidade da Bahia
Fonte: www.coegemas.blogspot.com

³ O Estado da Bahia organiza-se politicamente em Territórios de Identidade. O Território da Bacia do Corrente, possui uma área de 45.669,909 KM², uma população de 200.819 habitantes conforme o senso de 2010. Desses, 46,4% (93.393) vivem na Zona Urbana e 53,5% (107.479) vivem na Zona Rural. (IBGE, 2018)

A história do MAB na bacia do rio Corrente é marcada por lutas, resistências e conquistas frente aos projetos capitalistas. Há mais de vinte anos que os/as ribeirinhos/as resistem às construções de barragens e até o momento não há nenhum empreendimento energético implantado onde tem famílias organizadas no/pelo MAB e, nenhuma família foi expulsa de seu território. Existe base organizada em algumas comunidades dos municípios de Cocos, Coribe, Jaborandi, Santa Maria da Vitória e Correntina. Nessa trajetória houve muita transformação e redefinição organizativa, que afirmou a compreensão de que todos os caminhos tomados devem fortalecer e divulgar a luta maior que é pela transformação profunda da sociedade.



Mapa 2 – Território da Bacia do Rio Corrente

Fonte: www.muraldoeste.com.br

Entre os caminhos definidos, a educação/formação é primordial para alcançarmos os objetivos. A mesma deve acontecer em diversos espaços, instâncias, níveis e abordar os mais variados temas. A preparação, organização dos aspectos que compreendem a formação é construída segundo a orientação política do Movimento e isso envolve a produção de material/conteúdo. Assim, como já pontuado anteriormente, ressaltamos que a realização desse trabalho de pesquisa para além da qualificação/formação técnica pessoal, é uma tarefa militante assumida diante das demandas de um coletivo.

A pesquisa é uma demanda concreta da organização MAB que realiza diversos trabalhos pertinentes à Educação no Campo, como as reuniões e formações nas comunidades além de formações mais sistemáticas organizadas nas Escolas Regionais de Formação. Este processo gerou a necessidade de elaboração de material capaz de subsidiar os processos formativos nas

diversas instâncias que compõe o movimento, considerando a coordenação, a militância e as bases.

A proposta inicial era, por definição coletiva, de aprofundar o debate sobre *recursos hídricos, barragens e conflitos sociais no Oeste da Bahia*. Porém, compreendendo que a pesquisa se faz ao caminhar e que a mesma está inserida numa realidade dialética e contraditória, no decorrer da pesquisa e tendo em vista os dados/materiais elencados⁴, bem como, os conflitos socioambientais nos quais os sujeitos da pesquisa estão inseridos, redirecionamos o nosso foco na perspectiva de trazer uma contribuição material/prática que incidisse concretamente no trabalho da organização. Dessa maneira, o produto de nossa pesquisa continua sendo o mesmo da proposta inicial para subsidiar a formação por meio de processos educativos comunitários, mas centraremos o debate na disputa/controla da água no campo. A pesquisa foi realizada no Território da Bacia do Rio Corrente, especialmente nos municípios onde se localiza a base do MAB.

Assim o objetivo geral da pesquisa passou a ser uma análise sobre o processo de apropriação da água no campo para subsidiar atividades de formação da militância do Movimento dos Atingidos por Barragens em espaços de processos educativos comunitários sob a perspectiva da luta de classes. O objetivo específico será a elaboração de um texto base e uma cartilha sobre água no campo a partir do conflito ocorrido entre camponeses e agronegócio em Correntina-Ba em novembro de 2017, explicitando as ações do capital na tentativa de controle sobre a água e a necessidade da luta e resistência organizada (coletivamente).

Para desenvolver a pesquisa, as análises foram feitas sob a perspectiva do Materialismo Histórico Dialético, uma vez que o consideramos imprescindível para construção do trabalho proposto, alinhando-as, à matriz teórico/prática que norteia a organização e ação do MAB. Procuramos com essa pesquisa construir “a reprodução ideal do movimento real do nosso objeto de pesquisa”. (PAULO NETO, 2011, p. 53)

É importante ressaltar

que o método não pode servir para fazer com que a realidade se “encaixe” nele como uma camisa de força que permite apenas alguns movimentos controlados; ao contrário tem o papel de dar sentido e validade explicativa ao objeto da pesquisa. A opção por uma concepção demonstra a posição do pesquisador diante da realidade e sua pesquisa revelará uma determinada visão de mundo e os elementos que contribuirão para a legitimação ou transformação do real (MASSON, 2007, p. 113).

⁴ Muito do que se pretendia organizar, sistematizar, sintetizar, pode ser encontrado no banco de dados do Geografar/UFBA no Inventário Social das Barragens, com um levantamento minucioso que ultrapassa as análises sobre as barragens para produção de energia no Estado da Bahia e sintetiza grande parte do que estávamos nos propondo.

Não há neutralidade no processo da pesquisa. Partindo dessa premissa, dialogamos com a afirmação da autora, pois o que se pretende com a concretização desse trabalho é incidir no processo de transformação, construindo material que favoreça a formação e o fortalecimento da luta de classes já evidenciada no território. E considerando o que se propõem, o materialismo histórico dialético é o que possibilitará alcançar o objetivo proposto.

Reforçando essa ideia, comungamos com Brandão (2006) que afirma que “nenhum conhecimento é neutro e nenhuma pesquisa serve teoricamente “a todos” dentro de mundos sociais concretamente desiguais” (p. 11). Dessa maneira o produto dessa pesquisa servirá à organização e formação da classe trabalhadora.

O trabalho foi construído considerando as análises, os conceitos e categorias presentes no método, como a totalidade, contradição, mediação (PAULO NETO, 2011, PIRES, 1997, AUGUSTO, 1999, TONET, 2014). Esses aspectos foram considerados no desenvolvimento e arguições do nosso objeto de pesquisa e perpassaram as categorias estabelecidas para compreensão do mesmo.

Para alcançarmos o que foi proposto, realizou-se o trabalho por meio da Pesquisa Militante, Bibliográfica, de Campo⁵, Documental⁶ como procedimento metodológico. “[...] A pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA e MIOTO, 2017, p. 38).

Sobre a pesquisa militante optou-se por esse caminho por entender que

A produção de saberes é, também, uma trincheira com projetos antagônicos em disputa. Isso porque o conhecimento científico é uma construção social, historicamente localizada. Como dimensão da vida social e humana é, necessariamente, contingente, isto é, temporal e espacialmente situado e vincula-se a relações sociopolíticas e estruturas econômicas determinadas, ligadas, por sua vez, a concepções de mundo específicas. É desde este entendimento que se invalida aquela universalidade que, aparentemente, permeia o discurso científico e descobre-se que toda ou todo o teórico ou cientista social está perpassado e reproduz interesses sociais e políticos, conscientes ou inconscientemente. A ou o pesquisador que toma consciência da ligação entre o conhecimento e as contradições sociais passa a questionar para que pesquisar, para quem produzir conhecimento e como se constrói ciência. (JAUMONT, VARELLA, 2016, p. 417)

⁵ Entre as atividades de campo desenvolvidas, destaco a participação em todas as reuniões que aconteceram entre as organizações da região que apoiaram os camponeses no conflito, bem como as reuniões com representantes do governo do estado para debate e encaminhamento da pauta. Grande parte dos dados e informações presentes no texto foram coletados durante essas atividades.

⁶ No decorrer da pesquisa houve muita dificuldade em acessar documentos que contribuiriam com as arguições e acréscimos de dados, foram solicitados ao poder público municipal, contudo não foi possível acesso e análise.

Dialogando com os autores, entendemos que a pesquisa militante está alinhada ao método de análise pretendido e contribuiu nas análises dos documentos estudados. Tendo em vista que não há como separar a pesquisadora da militante que ajuda a construir a organização do MAB, sujeito da pesquisa.

A seguir, traremos uma discussão em torno dos processos formativos da Educação do Campo dentro do MAB e, os temas que compõem processos educativos comunitários: Os Textos da ação: Água como bem comum; Água como mercadoria; Conflito social; Território; Soberania (PROJETO POPULAR).

2. MAB E OS PROCESSOS EDUCATIVOS COMUNITÁRIOS

Em meio a tantas contradições existentes na sociedade capitalista que põem em risco a sobrevivência dos povos, expropriando-os das terras, violando direitos e, em casos extremos, extinguindo-os, muitas organizações e movimentos sociais surgiram e se colocaram em enfrentamento ao modelo hegemônico, realizando diversas formas de resistência e embates que ocasionaram na organização de movimentos sociais, locais, regionais, nacionais. A criação e organização do MAB está inserida nessa conjuntura, e no decorrer dos anos de atuação e organização, “o movimento assume a educação como processo permanente, contínuo e sistemático de proporcionar aos povos atingidos o direito à educação e à aprendizagem, à cultura universal, à problematização da realidade atual e à organização.” (MAB, 2005, p. 19) seja nos espaços formais, trabalhando a incidência nas escolas das comunidades atingidas e/ou dos reassentamentos, seja nos processos educativos comunitários realizados com seus integrantes visando a alinhamento político e ideológico.

Antes propriamente de discorrer sobre os processos educativos comunitários no MAB, pontuamos brevemente a construção, elaboração que o movimento acumula sobre o debate/ação em torno da Educação do Campo,

aqui entendida não apenas como aquela desenvolvida na escola (espaço formal), mas aquela gerada no próprio movimento da sociedade, na família, na igreja, na escola, na comunidade, no trabalho e nos grupos sociais, sobretudo na organização intencionalmente dirigida e travada pelos movimentos sociais populares que resistem e protagonizam a luta pela humanização dos povos do campo e da cidade” (MAB, 2008, p. 55)

“A educação no MAB está vinculada aos acúmulos, lutas e desafios do projeto da Educação do Campo no Brasil. Busca se orientar no movimento da Articulação

Nacional Por Uma Educação do Campo que, desde 1998, vem associando a educação do campo ao projeto de desenvolvimento do campo aprofundando o debate político da realidade, das diretrizes e perspectivas da educação do campo” (MAB, 2005, p. 17)

Dessa maneira, a prática educativa deve contribuir para a construção do projeto popular de sociedade, como uma ferramenta entre as muitas possibilidades e espaços de luta. E no caso específico da luta política do MAB, sistematizar, intencionalizar os conteúdos e assuntos com a produção de material específico, é imprescindível para operar mudanças na concepção e ação dos sujeitos políticos, seja em espaços formais ou comunitários.

São muitas as experiências em relação aos processos educativos comunitários concretizados no MAB por meio da educação e trabalho popular, contudo antes de apresentá-las, cabe ponderar mais uma vez sobre a importância dos mesmos feito de forma intencionalizada, e, reforçando a ideia que fundamenta a nossa ação, recorreremos a Ranulfo Peloso (2012) que afirma que

A educação é um instrumento que *torna comum* o saber de uma estratégia. Toda educação tem uma intencionalidade, explícita ou implícita, pois todo conhecimento tem um objetivo, uma direção e uma finalidade. O conhecimento é conhecimento de algo, a partir de uma perspectiva. A educação está sempre à serviço de uma ideologia, de uma proposta, como instrumento para realizar uma estratégia de poder. Numa sociedade de classes, não pode haver educação que seja a favor de todos – será a favor sempre de alguém ou contra outrem. A educação serve para que uma pessoa se acomode ao mundo ou se envolva em sua transformação. Por isso, formação política é um *processo dialético* de tradução, reconstrução e criação do conhecimento que capacita educadores/educandos a ler criticamente a realidade, com intenção de transformá-la. (2012, p. 33-34)

As ponderações do autor traduzem o que propõem a educação do campo enquanto alguns dos princípios que a pautaram em sua construção. O MAB procura a partir de sua ação, materializar essa concepção, vislumbrando nesses processo, “a construção da consciência de classe, ou seja, a educação deve estar vinculada à vida, à cultura, à realidade, à história, ao trabalho e as relações com a natureza e a comunidade” (MAB, 2005, p 56), com o intuito de transformá-la visando a emancipação humana.

Com esse entendimento e com base na prática e análises realizadas a partir da realidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, o trabalho de formação nos espaços comunitários foi constituído em torno de temas organizados como eixos/frentes de ação, abordando questões/debates em torno da água, energia e petróleo; produção e assistência técnica; organização (organicidade) e formação política que retratam os processos de educação do campo em processos educativos comunitários desenvolvidos no/pelo/com o movimento. Vale

ressaltar que os temas não são abordados isoladamente, todos tem uma ligação entre si e o debate de um perpassa o outro.

Todo esse trabalho formativo segue a um planejamento que considera os sujeitos que comporão as atividades, o plano incorpora os níveis formativos, a instância organizativa e o tripé: trabalho de base, formação e luta. Vejamos a experiência da Escola Regional Formação.

A Escola Regional de Formação⁷ foi realizada em quatro etapas, organizada em regime de alternância, com atividades no tempo escola e o tempo comunidade⁸, com conteúdos e debates teóricos sobre temas específicos (energia, petróleo, organização e história da sociedade, agroecologia) articulados às questões práticas organizativas das comunidades/regiões às quais pertenciam os educandos/as e oficinas diversas (músicas, comunicação, teatro) que culminavam com produção e socialização dos trabalhos com o coletivo da turma. Na oportunidade os mesmos exercitavam a organicidade do movimento, os trabalhos coletivos e eram estimulados a se inserirem nos processos organizativos em suas localidades e nas ações coletivas de luta e resistência com orientação prática/concreta sobre as tarefas do Tempo Comunidade. Todo o processo segue a orientação e norma organizativa do movimento⁹, todos os tempos propostos dentro da atividade tinham uma intencionalidade pedagógica.

Em relação às quatro etapas atingimos um total de 114 jovens de 15 comunidades na bacia do Rio Corrente. É importante registrar que a Escola Regional de Formação ocorreu nacionalmente¹⁰, em praticamente todos os estados em que o movimento tem base organizada envolvendo um total de 1264 jovens, o processo formativo dentro do movimento é constante e

⁷ O termo Escola aqui empregado, não se refere a estrutura, prédio físico e sim à prática de organizar a formação com conteúdo, plano metodológico... e também visando a simpatia e aceitação social – um dos espaços sociais onde se pratica educação.

⁸ A adoção do sistema de alternância é prática recorrente nas experiências de educação do campo, pois considera a especificidade dos sujeitos que a compõem adequando a prática educativa à realidade dos educando. Dentro do Tempo Escola e Tempo Comunidade são propostos espaços/tempo educativos, com organização de grupos de base para a realização das tarefas, que englobavam desde as questões de limpeza do espaço e organicidade da turma, aos trabalhos em grupo, estudos, produção escrita e participações nas oficinas. Faziam vivências em grupos de base dentro do curso, exercitando a coordenação dos trabalhos, os mesmos definiam as coordenações que por sua vez comporiam a coordenação geral da atividade, com registros de relatorias e socialização em plenária, bem como interação nos tempos livres que eram balizados pelos acordos coletivos definidos em plenária. Para o Tempo Comunidade, recebiam orientação prática para estudo e/ou intervenção na comunidade contribuído com o processo organizativo e iniciando a organização onde não existia o modelo orgânico, com realização de pesquisas, reuniões onde socializavam os conhecimentos adquiridos no curso com as demais pessoas de sua comunidade.

⁹ Nos organizamos através de instâncias, com o objetivo de descentralizar a ação e favorecer o envolvimento de todos nos processos de construção da organização. Essa prática, organizando-os por grupos, possibilita que os educandos vivenciem a organicidade do movimento. Os grupos objetivam contribuir desde a realização das atividades práticas/tarefas para o bom funcionamento do curso quanto à coordenação das etapas.

¹⁰ Para a escolha dos participantes, estabeleceu-se critério mínimo de 16 anos de idade e máximo de 29 anos. Foi considerado também o critério de gênero, proporcionando uma maior participação das mulheres no processo de indicação de educandos/as entre as comunidades.

tem sido aprimorado no decorrer das turmas que vão sendo formadas. A formação faz parte da perspectiva organizativa do movimento e como já afirmado, tem um plano metodológico com temas e assuntos/aprofundamentos dependendo da instância organizativa.

Para cada uma das etapas de formação, foram elaborados planos metodológicos, com orientações práticas e teóricas sobre os temas a serem trabalhados, organização da turma, sugestões de metodologias para se trabalhar os assuntos, bem como orientações sobre os diversos tempos educativos¹¹ que compunha a formação. No processo de formação, mesmo os momentos onde não eram previstos debates, como os intervalos, as tarefas práticas para funcionamento da atividade, são considerados como tempo educativo, pois demanda um constante desconstruir de condicionamentos e possibilitam o exercício de novos valores e princípios para a sociedade que nos propomos a construir.

As experiências como as das Escolas Regionais de Formação constituem em espaços educativos comunitários que contribuem com o processo de emancipação dos sujeitos e são extremamente necessária na construção de um projeto alternativo de sociedade como ensina Vendramini (2009).

[...] as práticas formativas desenvolvidas em espaços não institucionalizados têm um potencial emancipatório maior, por responderem fundamentalmente as necessidades e exigências do movimento social e por não estarem submetidas ao controle do Estado (2009, p. 06).

Julgamos que as reflexões de Vendramini, apesar de no texto discorrer sobre a experiência do MST, fazem referência a concepções de educação e emancipação e se aplicam a todos nós e às práticas de outros movimentos sociais que se colocam no processo de construção de uma nova sociedade.

As experiências são construções coletivas dos movimentos pautando-se na experiência histórica e no conhecimento acumulado da/pela classe trabalhadora, construir material que subsidie a formação com dados concretos a partir de experiências concretas, auxiliando os educadores/as e educandos/as é fundamental para a luta. Neste contexto, os apontamentos e sistematizações serão capazes de contribuir com a luta e resistência protagonizada pelo MAB e as demais organizações que se somam na defesa da Água no Território da Bacia do Rio Corrente localizado no Oeste da Bahia. As questões abordadas são problemas que desarranjam a vida

¹¹ De forma simplificada destacamos: Tempo de estudo (em plenária, em grupo e individual), tempo trabalho (tarefas e organicidade da turma); Tempo livre (Esporte, descanso).

dos povos do campo, discuti-las, elaborar, sistematizar sobre, é cumprir com o que propõe a Educação do Campo, vinculando-a à vida concreta dos povos do campo, não se pode ignorar essa realidade.

Diante do exposto, ressaltamos que as experiências desenvolvidas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens são processos formativos que contribuem com a luta e resistência no campo e fortalece a luta da classe trabalhadora na construção de um projeto popular para o Brasil. Nesse processo a Educação do Campo é fundamental.

3. A GEOPOLITICA DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO CORRENTE: PRODUÇÃO DE MERCADORIAS E CONTRADIÇÕES

3.1 Formação do Território do Rio Corrente

A Educação do Campo parte da interlocução com as práticas sociais e o mundo do trabalho camponês que constituem seus territórios. A pesquisa ora desenvolvida, o campo estudado, Território¹² da Bacia do Rio Corrente, palco de disputas e conflitos territoriais e por água, situa-se na região Oeste da Bahia. Embora o foco dessa análise não seja o Oeste, é preciso debruçar o olhar sobre o mesmo para compreendermos o processo da formação territorial do campo estudado.

Neste sentido, é importante salientar a diferença conceitual quando se emprega Oeste Baiano e Região Oeste da Bahia. São empregados distintamente, o primeiro “designa todo o território à esquerda do Rio São Francisco, onde estão localizados 35 municípios baianos, em uma área de pouco mais de 183 mil km².” (BRANDÃO, 2009a, p. 48), o segundo refere-se a uma das regiões econômicas/administrativas estabelecidas pelos órgãos oficiais do estado da Bahia com um total de 23 municípios (BAHIA, 2018). Apesar dessa diferença conceitual o Território da Bacia do Rio Corrente situa-se dentro dessa região, e optaremos aqui, para discorrer sobre formação territorial partindo do conceito de Oeste Baiano. Tendo em vista que o mesmo melhor se adequa para compreendermos o processo histórico de formação territorial da região foco da análise¹³.

¹² Embora o termo aqui seja empregado como forma de delimitação do espaço da pesquisa e organização/divisão política geográfica do estado da Bahia, consideramos importante destacar que a compreensão que adotamos para discutir o conceito de território, muitas vezes citado no presente texto, baseia-se nas discussões de Milton Santos, quando o mesmo, sintetiza território como território usado (QUEIROZ, 2014).

¹³ Esse recorte é feito a partir da ocupação para exploração econômica sob a orientação dos processos de territorialização português, não serão apresentados inicialmente dados, descrição sobre a ocupação desse território pelos povos originários.

A bacia do Rio Corrente, bacia que dá nome ao Território estudado, é uma das sub bacias do Rio São Francisco, cuja ocupação ocorreu em 1501. No ano de 1534, através da Carta de Évora, a Coroa Portuguesa concedeu o domínio do território à Capitania de Pernambuco (posteriormente Província de Pernambuco) e estabeleceu os limites geográficos do litoral pernambucano ao Rio Carinhanha (Divisa da Bahia com Minas Gérias) e da margem esquerda às chapadas da Serra Geral e Espigão Mestre (Divisa com Goiás e Piauí). Essa configuração geográfica perdurou até a ano de 1827, quando o território, a partir dos limites da região de Juazeiro que faz divisa com Petrolina, foi anexado à Província da Bahia pelo Império Brasileiro em retaliação a Pernambuco devido à Confederação do Equador (BRANDÃO, 2009a. OLIVEIRA, 2014). No mapa ao lado podemos observar como era divisão política regional nos anos de 1822 antes da retaliação à Província de Pernambuco.



Mapa 3 - NE 1822 – (Adaptado de RUBEMSMAN, 2019)

O movimento de interiorização ocorreu de leste a oeste, sob a perspectiva de dizimar as populações originárias e de expandir a economia, sobretudo para a exploração mineral¹⁴ e agropecuária com a produção de cana de açúcar e criação de gado bovino nos currais estabelecidos na região, principalmente a partir dos latifúndios surgidos das sesmarias de famílias tradicionais, como Guedes de Britto e Garcia D'Ávila. Esses sesmeiros foram os maiores responsáveis pelo surgimento dos currais nas margens do Rio São Francisco e nos cursos navegáveis dos rios Corrente, Grande e Preto (BRANDÃO, 2009a, p. 51). A ocupação também se deu para estabelecer rota como alternativa à rota marítima que ligava o sudeste brasileiro ao Pernambuco, pois as mercadorias sofriam constante saques de piratas.

¹⁴ Segundo registros, a região do Correntina/Rio das Éguas, teve como sua primeira atividade econômica a extração de ouro que era encontrado em grandes quantidades, e ocasionou inclusive disputas territoriais entre baianos e goianos, mesmo o território pertencendo a Pernambuco. Motivo pelo qual recebeu o nome de Rio Rico. (BAIANO, 2006)

Esse processo aconteceu de forma lenta e não seguiu o ritmo e/ou pouco foi influenciado pelas transformações econômicas do restante do país nem das transformações capitalistas mundiais.

Os primeiros núcleos e povoações se deram em torno dos currais e foram registrados como vilas nos períodos de 1752 e 1810, as atuais cidades de Barra¹⁵ e Pilão Arcado respectivamente, foram as primeiras vilas sobre a jurisdição de Província de Pernambuco (ibid., p. 53), tornando-se municípios considerados originários dos quais surgiram todos os outros municípios do Oeste Baiano. Todavia, outras localidades/povoamentos/já haviam sido formados e eram usados como ponto econômicos importantes. Esse processo

se deu de forma linear mais do que areal, já que o povoamento e as atividades econômicas obedeciam aos caminhos fluviais e terrestres que eram abertos. Assim, os principais ecúmenos estavam situados na margem esquerda do Rio São Francisco ou em ambas as margens dos seus principais tributários, como os rios Grande, Corrente e Preto, bem como ao longo das estradas que permitiam atingir a Bahia litorânea, Minas Gerais, Goiás, Piauí/Maranhão (ibid., p. 54)

Durante esses três primeiros séculos de ocupação da região, mantiveram-se técnicas e modos tradicionais dos processos produtivos, pouco se avançou na especialização/tecnologia visando modernizar a produção comparada ao contexto histórico de outras regiões, com maior influência do capitalismo mundial, permanecendo assim, isolada e sem dinamismo econômico, não haviam incentivos (financeiros/tecnológicos/infraestrutura) e políticas públicas (BRANDAO 2010b, MIRANDA 2002, BAIANO 2006). Após a anexação das terras à Província da Bahia, e passada a instabilidade do império, a região que ficou conhecida como “Além São Francisco” começou um novo processo que a trouxe para o cenário econômico, principalmente com a criação em 1865 da primeira companhia de navegação a vapor do Rio São Francisco que impulsionou o comércio no Oeste a partir da navegação também em seus afluentes fazendo uma comunicação direta com Minas Gerais e com o litoral por meio da integração da bacia fluvial à estrada de ferro Salvador/Juazeiro (BRANDÃO, 2010b, p. 39). Miranda (2002), em seu livro “A época de ouro no Corrente: tempos (re)construídos”, discorrendo sobre Santa Maria da Vitória, destaca que a cidade abrigava um porto importante para o comércio na região, desenvolvendo-se em torno do comércio dos produtos que vinham das fazendas e povoações do entorno (p. 28)

¹⁵ Conforme registros as primeiras fazendas fundadas por monges franciscanos datam de 1670 e 1680. (BRANDÃO, 2009a, p. 51)

Sob a jurisdição da província baiana, as primeiras vilas criadas foram Carinhanha em 1832, e em relação ao território que se configura hoje como Território da Bacia do Rio Corrente, Correntina em 1866, Santa Maria da Vitória em 1880 e Santana em 1890. Todas a partir de desmembramento do território de Barra. Esse período foi marcado por inúmeros conflitos armados pela disputa/domínio do território. Nessas décadas finais do século XIX, consolidou-se a presença dos Coronéis, “herdeiros das arraigadas tradições de posse advindas do período colonial,” como agentes de produção do espaço no Além São Francisco na região e inaugurou a presença do Estado (BRANDÃO, op.cit.). O poder do Estado era exercido através dos coronéis, fato que até os dias atuais influencia de certa forma nas forças políticas locais, pois as famílias/grupos que dominam a política, descendem desses coronéis em grande parte.

Só a partir da segunda metade do século XX, passando por um longo período sem uma reconfiguração geográfica, é que começam a se formar os outros municípios que integram a Bacia do Rio Corrente. Destaca-se os municípios onde o MAB se organiza. Em 1958, Coribe a partir de Santa Maria da Vitória, Cocos desmembrado de Carinhanha e Jaborandi de Correntina, ambos no ano de 1985.

O período que compreende a administração da província e posteriormente do Estado da Bahia, imprimiu uma nova dinâmica econômica na região do Além São Francisco, entretanto, a presença do estado continuava tímida. As iniciativas que posteriormente colocaram esse território em evidência na economia baiana/nacional datam especificamente da segunda metade do século XX, mais sob a influência do governo Federal do que por políticas regionais.

A presença do estado começa a se materializar na região só no período da fundação da atual capital Brasília na década de 1960, com abertura de estradas ligando o Nordeste ao Brasil Central através das BRs 242/020, e na ditadura militar, são criadas políticas públicas de exploração do Cerrado através da agricultura mecanizada no período da revolução verde.

Com o advento das políticas públicas de incentivo à agricultura mecanizada, essa região começa a destacar-se no cenário estadual e nacional como uma fronteira agrícola, praticando uma intensiva exploração das terras com a introdução de tecnologias para produção em larga escala no cerrado baiano por meio das empresas do agronegócio, fato, que se tornou a porta de entrada para esse tipo de exploração no/do Cerrado no Nordeste brasileiro.

Muitas foram as políticas públicas, os financiamentos por parte do Estado na região para viabilizar o agronegócio. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), foram atores fundamentais

nesse processo e entre as políticas de incentivo foi realizado o PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) que disponibilizava créditos para essa prática agrícola, além de projetos de Colonização, infraestrutura como irrigação, estradas... o que altera em um curto espaço de tempo a configuração agrícola, econômica e demográfica na região.

Nesses séculos de ocupação do território a sociedade é formada a partir da miscigenação de índios, negros e portugueses. É uma região com predominância da população no campo (53.5%) com o campesinato local que se formou a partir dos vaqueiros e agregados dos coronéis, com uma forte tradição camponesa.

Ficava caracterizada a estrutura de classes sociais, com suas lutas marcantes; um pra dominar, espoliar e explorar e outro tentando viver às custas do trabalho, para produzir a riqueza que não usufruía. Quem não possuía e não tinha como explorar, se sujeitava ao trabalho árduo e massacrante na cata do outro ou nas fazendas que se desenvolviam a agropecuária. Posteriormente, foram introduzidas outras formas de produzir na agricultura onde o destaque era a figura do meeiro, geralmente pequeno produtor ou agregado, com o trabalho. Os bens colhidos eram divididos ao meio. (BAIANO, 2006, p. 31)

Aliado a essa situação, os coronéis estabeleciam a relação de compadrio e apadrinhamento com os agregados e devido a tradição religiosa e moral que envolvia o vínculo muito respeitado por todos, favorecia o controle político e econômico dos territórios (SOUZA, 2007, p. 16). Outro fator advindo desse período e da ausência do estado é que as áreas apossadas pelos camponeses ainda hoje, em sua maioria, são consideradas devolutas, terras sem registros, o que favorece a ação das empresas no processo de grilagem¹⁶.

Entre as décadas de 70 e 80, uma nova ocupação no território estimulada por incentivos políticos e econômicos com/para pessoas oriundas principalmente do Sul do país, provoca uma série de conflitos e uma nova reconfiguração no território. Brandão (2010b) pautando-se em estudo de Diniz (1982), afirma que

[...] o quadro que se desenhava com o surgimento de uma nova estrutura fundiária no início da década de 1980 era bastante conflituoso e resultava da atuação de três agentes

¹⁶ “É a ocupação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de se colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados (em função dos dejetos dos insetos) e roídos, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro.” (INCRA, 2019)

“O termo "grilagem de terras" surgiu de uma prática antiga para dar uma aparência envelhecida a papéis. Os documentos forjados, que indicavam falsamente a posse das terras, eram colocadas em uma caixa com grilos. Em pouco tempo, a ação dos insetos dava ao papel uma aparência envelhecida. A grilagem de terras pode ser entendida como toda ação ilegal que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros.” (OXFAM, p. 3, 2016)

de transformação, quais sejam: os agricultores individuais capitalizados, os agentes econômicos e o Estado. [...] “estas três forças produzem choques profundos em toda a área em que penetram. Conflitos diretos são gerados quando ‘gaúchos’, ‘paranaenses’ e empresas cercam áreas imensas dos Gerais e criam atritos com posseiros e agregados”. [...] Mas os conflitos não são apenas aqueles criados com violência física, mortes, incêndios e destruição; o conceito precisa ser ampliado para englobar as desapropriações injustas, a compra de pequenas propriedades e de benfeitorias por preços ínfimos, que desestruturaram o camponês e sujeitam-no ao assalariamento, à miséria, à fome e ao subemprego (DINIZ 1982, p. 133). As observações descritas acima encontram convergência com Haesbaert (2002), que, ao analisar a presença de migrantes sulistas no Oeste Baiano, faz referência à relação conflituosa que existe entre os “gaúchos” e os nativos nordestinos. (p. 43)

Inúmeros foram os casos de grilagem de terras, principalmente sobre as áreas coletivas, com muitos casos de conflitos em torno da apropriação da terra e das águas no território entre os camponeses e os “novos” habitantes do território, causando expulsão de famílias de seu territórios e assassinatos de defensores dos direitos humanos e agricultores na região hoje denominada de Território de Identidade da Bacia do Rio Corrente. Nas duas décadas descritas acima foram pelo menos oito assassinatos¹⁷.

Um caso emblemático de grilagem nesse território é a “matrícula 2280” datada de 1945, que deu origem a grande parte dos documentos de terra hoje reconhecidos pelos cartórios e que tem origem duvidosa. Os registros que se desdobraram a partir dessa matrícula, à qual foram feitas 4 averbações somam quase 600 mil hectares de terras.

Em 2011, o governo da Bahia constatou que as terras tituladas com base no registro de 1945 extrapolam os limites de Correntina e espalham-se também pelos municípios de Santa Maria da Vitória, Coribe e Jaborandi. A descoberta foi feita por uma Ação Discriminatória Administrativa Rural, o instrumento legal usado pelo estado para identificar terras devolutas (SILVA, ALVES, p. 65 2018)

Ainda sobre a questão fundiária na região, Correntina é destaque no relatório da OXFAM com maior concentração conforme o índice de Gini, classificada no grupo dos 1%. (2016, p. 16). O governo do estado em reunião com as organizações em agosto de 2018, apresenta dados de 2017 sobre a situação fundiária de Correntina, afirmando que o município possui

uma área total de 1.149.217,1 ha, sendo que encontram-se cadastrados como imóveis rurais 5.338 propriedades, correspondendo a 844.955 ha cadastrados, ou seja, 73,52% da área total do município são propriedades rurais, com algum tipo de atividade

¹⁷ Dessas 8 pessoas defensoras dos direitos dos trabalhadores e do meio ambiente, 3 foram assassinadas em Coribe, 2 em Correntina, 2 em Santa Maria da Vitória e 1 em Canápolis (DIVERSOS AUTORES, 2018, texto não publicado)

produtiva (Fonte: SEIA, 20/11/17). Desse total de imóveis: a) 4.929 imóveis têm menos de 04 módulos fiscais e se enquadram no conceito de agricultor familiar, ocupando uma área de 68.718,24 há (correspondendo a 8,13% da área de imóveis rurais cadastrados); b) 409 imóveis têm mais de 04 módulos fiscais (ocupando uma área de 624.791,43 ha, correspondendo a 73,94% da área de imóveis rurais cadastrados). (Bahia, 2018, p. 03)

As informações acima demonstram concentração fundiária que existe no município, onde 73,94% das áreas documentadas/cadastradas do município pertence a 409 propriedades, o número de propriedades com grandes extensões seria ainda mais reduzido se for feita uma discriminação entre quem são os proprietários das áreas que apresentem milhares de hectare, o fosso aumentaria sem sombra de dúvidas, uma vez que o módulo fiscal no município é de 65 ha e grande parte da população não tem acesso à terra. O total de área sem documento é de 17,93%. Nesse montante de 73,94% estão as áreas griladas.

Diante desse quadro de expropriação das terras por meio das grilagens, existem muitas comunidades/povoados ribeirinhos, inúmeras delas, mantiveram a cultura e identidade de comunidades tradicionais que entre muitas características, conservam o uso coletivo de áreas denominadas de fecho de pasto¹⁸. Elas ocupam as áreas (consideradas devolutas) há mais de 200 anos, (BARRETO, et. al. 2017) e continuam sendo ameaçadas de serem expulsas e perderem o que sobrou depois dos primeiros processos de expropriações¹⁹.

Não se sabe ao certo quantas áreas se tem hoje que se originaram a partir dessa grilagem, contudo quando do trancamento de todas as matrículas decorrentes da matrícula 2280 no ano de 2011, a Associação dos Irrigantes e Agricultores da Bahia, AIBA, em carta endereçada ao Tribunal de Justiça da Bahia solicitando providências para o fato afirma que “mais de 300 matrículas” tiveram origem na matrícula citada.

Sobrinho (2012) prossegue apresentando a análise sobre a grilagem de terras no Oeste e apresenta um tabela com alguns municípios do oeste, com sua área de terras devolutas e imóveis registrados no ano de 2010, onde Correntina, Cocos e Jaborandi apresentavam áreas ocupadas/declaradas nos imóveis superior à área registrada em cada município, ou seja mais terra declarada do que área existente (p. 40).

¹⁸ Existem 41 fechos mapeados pelo Projeto Busca ativa em Correntina. De forma simplificada, Fechos de Pasto são áreas de uso coletivo dos gerais/cerrado utilizada principalmente para soltar o gado em períodos que os pastos das áreas individuais estão impróprios ou em recuperação.

¹⁹ Atualmente está em vigor uma lei estadual número 12.910/2013 que autoriza a concessão de direito real de uso às comunidades de fundo e fecho de pasto em terras devolutas. Na região de Correntina há três áreas com discriminatórias prontas, mas até o momento não foram encaminhados os contratos de concessão de uso devido a pressão político/econômica das empresas do agronegócio.

Mesmo diante da constatação do fato, as empresas continuam avançando no território respaldadas pelos governos federal e estadual. Além da usurpação da terra pelos meios descritos acima, as empresas do agronegócio, exercem controle político e econômico na região, e laçam mão de outros meios para assegurar o controle dos territórios já apropriados com documentos fraudulentos e avançar sobre o que restou para as comunidades com a contratação do que eles chamam de segurança privada, mas que são reconhecidos pela população da região como pistoleiros. Tem-se registros de inúmeras denúncias feitas pelos trabalhadores contra seguranças privados que espalham verdadeiro pânico e medo entre comunidades que fazem uso das áreas coletivas dos fechos de pasto, tornando a região Oeste da Bahia um lugar perigoso para os defensores do meio ambiente e dos direitos humanos.

Em suma, pode-se afirmar que o controle dos territórios pelo agronegócio nessa região se dá sob quatro pilares, sem os quais seria impossível avançar com tamanha facilidade, todos pautados nos bens/recursos públicos como terra pública (roubada), infraestrutura (estradas e ferrovias, portos), tecnologia (empresas públicas como a Embrapa) e financiamento (Bancos públicos). Com essas facilidades e incentivos se materializam e enraízam-se causando uma nova configuração no território, controlando-o política e economicamente.

3.2 Geopolítica da Água

A água é elemento essencial à sobrevivência do ser humano e de todos os seres do planeta. Elemento vital, deve ser compreendida como direito difuso, base natural que deve estar a serviço do bem comum com acesso irrestrito a todos os seres.

A concepção da água como bem comum é amplamente utilizada por diversos atores e organizações sociais em contraponto aos que insistem e transformá-la em mercadoria, precificando-a. Flores (2013) afirma que “nas lutas sociais em defesa da natureza e de modos de vida ameaçados, emerge a concepção da água como bem comum. Trata-se de um conceito vivo e em construção que se alimenta de distintas formulações e se articula com outros conceitos” (p. 12). Os povos e comunidades tradicionais, os movimentos sociais de luta pela água e meio ambiente, defendem esse conceito e mais do que um direito natural, o atribuem um caráter político demarcando a concepção: água como direito de todos, como um bem público, que deve estar sobre o cuidado e controle popular em cada território, divergindo dos que defendem a privatização, mercantilização e atribuem valor econômico a esse bem natural, vital a todos.

[...] o conceito de bens comuns vem atravessando profundas mudanças ao longo do tempo, sendo utilizado como denominação de bens e serviços aos quais todos deveriam ter acesso, como água, energia, saúde, educação, alimentos e espaços públicos, entre outros, muitos dos quais que também são considerados – direitos humanos –, tratando-se de bens e serviços de propriedade e gestão pública do Estado. (IRIGARAY, 2016 p. 25)

Sobre a água como bem comum, a expressão delimita e demarca a luta de classe em torno do tema, pois denuncia a exploração da água e da natureza em geral para fins de acumulação. Por isso é necessário

“trazer esse tema para o centro da reflexão. Muitos movimentos, grupos, organizações, intelectuais etc. têm defendido a água como bem comum, um princípio ético materialmente enraizado nas condições de vida. A defesa do bem comum, além de se contrapor à propriedade privada, é também um critério para a constituição de relações sociais (HINKELAMMERT; JIMÉNEZ, 2009). (FLORES, 2013, p. 13)

Entre esses grupos de luta e resistência social contra os processos de mercantilização da natureza, citamos a Via Campesina que em uma das edições do Fórum Alternativo Mundial da Água na França em 2012, divulga seu manifesto afirmando que

A água é um bem comum em benefício de todos os seres vivos, e deve ser submetida a um gerenciamento público, democrático, local e sustentável. Os conhecimentos locais e tradicionais de gerenciamento da água, que protegem e consideram o ecossistema em sua totalidade, existem desde sempre. Eles são testemunhas atemporais de sua eficácia. As políticas públicas e as leis sobre a água devem reconhecer e respeitar esses conhecimentos (MAB, 2012)

Dialogando com essa afirmação, remetemo-nos a realidade que ocorre no território estudado, pois enquanto os rios permaneciam única e exclusivamente sobe cuidado e uso e das populações tradicionais do Oeste da Bahia não se tinham notícias de rios/riachos mortos, o fenômeno começou a ser visto concomitante a implantação e exploração das áreas de recarga pelas empresas do agronegócio. Não há estudos oficiais, para explicar a relação, contudo os moradores mais antigos, e mesmos as pessoas que vivenciaram sua infância e cresceram observando esse processo afirmam a relação direta e denunciam a situação.

Até o ano 2000 já se tinham registros de 17 afluentes da bacia do Rio Corrente mortos e/ou intermitentes, a maioria tributários do rio Arrojado. Esses dados foram noticiados no Programa Globo Rural da Rede Globo de televisão numa reportagem sobre conflitos em defesa das águas em Correntina, a citar:

Ribeirão Bom Jesus (1980), ribeirão da Vaca Morta (1982), ribeirão do Salobro (1984), Ribeirão do Sapé (1985), ribeirão Lençóis (1985), ribeirão Caixeiro (1986), ribeirão do Buritis (1987), rio Planta Cana (1988), rio Itapicuru (1989) rio do Corredor (1990), rio Cabeceira Grande (1992), rio Sucuriu (1995), rio Catingueiro (1996), rio Caititu (1998), ribeirão do Salitre (1999). (SOBRINHO, 2012, p 27)

Acrescentemos a essa lista outros tributários que também morreram ou migraram suas nascentes, diminuindo consideravelmente sua vazão e/ou tornando-se também intermitentes, como os riachos: do Mutum, Passagem Funda, Lages, Lapinha, Patos, Melado, Aldeinha, riacho de Areia, Conceição, Capão entre outros.

Para entendermos o contexto que engloba as disputas e a relação/apropriação e uso das águas no oeste, é preciso ampliarmos o olhar e debruçar sobre a movimentação num território cada vez mais globalizado, onde as definições e políticas implantadas tem relação direta com a movimentação do capital internacional pelo controle da água no mundo, e que para isso, precisa mercantilizar todas as formas de uso, tomando para si a propriedade desse bem comum, e, para se alcançar a mercantilização é preciso privatização, retirar todo e qualquer propriedade/controlado da esfera pública para a esfera privada, sem a qual não conseguem manter o padrão de exploração e acumulação (OLIVEIRA e CARVALHAL, 2012). Esse processo se dá de forma gradual e contínua por meio do convencimento midiático através do discurso da escassez, discurso da ineficiência do estado, flexibilização das leis, entre outros.

No cenário internacional, foram tomadas medidas para as privatizações que aos poucos se convencionaram enquanto discurso e prática de líderes e representantes políticos como saída plausível para os problemas em relação ao acesso, universalização da água e sobrevivência dos mananciais para as futuras gerações. Todo o arcabouço foi montado para construção do discurso da escassez da água, que por sua vez teria solução com a atribuição de valor econômico a esse bem comum que é base natural para a produção e sobrevivência (humana, animal, vegetal), dando assim passos no processo de mercantilização/privatização.

Todas as medidas e recomendações internacionais são apresentadas, apesar de dissimular o discurso, para tornar a água uma mercadoria como outra qualquer, atribuindo-lhe valor econômico, precificando-a, mesmo que se escondam sob argumentos bem elaborados na retórica e que aparentemente pretendam o bem comum, sobre esse aspecto Irigaray (2016) afirma que

dentre os conceitos utilizados como discursos ideológicos para fins de apropriação da água, pode-se destacar o da escassez como forma de justificar retoricamente a atribuição de dinheiro à água, uma concepção de bem econômico, fortalecido por uma hegemonia a partir do encobrimento dos aspectos desiguais nos seus usos". (p. 48)

Nesse contexto a Organização das Nações Unidas/ONU, foi a porta-voz que fez ressonar essa concepção, registra-se a “Declaração de Dublin e a “Declaração dos Direitos da Água”, ambas de 1992 como documentos internacionais que suscitam o debate da água como escassa e com valor econômico (FLORES, 2013, IGARAY, 2016, MAB 2008). O debate da escassez é abraçado por inúmeras organizações, sem aprofundar nas motivações políticas e econômicas que o evidenciou e o colocou em destaque nos últimos anos. E assim o discurso encontra eco na sociedade. Vale ressaltar que as definições da ONU orientam as ações dos países signatários.

A partir das declarações citadas, as organizações mundiais multilaterais criaram o Conselho Mundial da Água, que, segundo Gustavo Castro, militante da luta anti-represas no México, trouxe mais voracidade ao processo de privatização e denota que o papel do mesmo “foi de desenhar as estratégias de privatização da água em nível internacional.” (MAB, 2011). Essas estratégias são publicizadas nos Fóruns Mundiais das Águas, mais conhecido como o fórum das corporações, esse fórum já teve sua oitava edição e aconteceu no Brasil, na cidade de Brasília em 2018 e “reuniu multinacionais, bancos, governantes e especuladores interessados em firmar acordos em relação a privatização da água no mundo” (CERVINSK e CALISTO, 2019. p. 1). Apesar da retórica elaborada nos documentos divulgados, o que se pretende de fato é a liberalização, “água como um negócio de todos” estabelecendo um território global da água com governança internacional exercida pelos grandes centros capitalista e pelas grandes corporações.

Com utilidades diversas, a água, tem seu consumo para as necessidades coletivas e individuais, para produção em seus diversos campos (agropecuárias, indústrias, etc). Essa base natural estratégica à sobrevivência das populações e à soberania das nações tem sido objeto de disputa em diversos âmbitos. Vejamos o que afirma Cervisnk e Calisto (2019)

a disputa pela apropriação da água no Brasil vem se dando de várias formas. Seja por meio da privatização de empresas públicas de saneamento, por meio da concessão de outorgas para exploração de aquíferos, extensões de rios e reservatórios ou através da criação de um mercado da água no Brasil, que fará com que a água que não esteja sendo utilizada para produção de energia seja negociada com empresas de outros ramos da economia. Em todos estes exemplos, o interesse é o de estabelecer a propriedade privada sobre a água e o direito de exploração privada dos serviços de água. (p. 2)

Algumas dessas medidas vêm sendo implementadas no campo pesquisado, o que causa conflitos com as populações camponesas, a região vive a realidade de outorgas para os grandes empreendimentos seja para construções de barragens pra produção de energia elétrica, seja para

a produção do agronegócio. O agronegócio em meio à apropriação das terras, num processo já descrito anteriormente, explora as águas da região e atinge lucros expressivos, às custas das mortes dos mananciais de água e do empobrecimento do povo do campo, segundo relatório da OXFAM, (2016) as “informações do Cadastro Único para Programas Sociais de 2012 demonstram que a pobreza atinge 45% da população rural e 31,8% da população geral.” Enquanto “Os dados do Censo Agropecuário 2006 apontam que Correntina apresenta os maiores índices de PIB municipal (R\$ 786.118.000) e PIB per capita (R\$ 25.096,34)” (p. 16). Isso ocorre num cenário em que a produção do agronegócio bate suas metas de lucro ano a ano.

O aumento na exploração do bases naturais para garantir os altos lucros ocorrem sobretudo em períodos de crise econômica, assim, para continuar sua reprodução e amenizar as crises de produção que são constantes no processo histórico de produção capitalista, o capital precisa se apropriar das bases naturais vantajosas que ainda não estão sob seu domínio irrestrito, precisa avançar sobre as terras, água e minérios. A água, é uma base natural que o setor privado (nacional/mundial) ainda não detém total controle.

Desta maneira, os centros de poder político e econômicos, através de suas organizações multilaterais como o Banco Mundial, FMI, etc, vem se articulando e construindo mecanismos para concretização, materialização do mercado global da água, interferindo nas definições dos estados nacionais, onde a partir da exigências impostas para os empréstimos, condicionam-os a seguirem a cartilha de privatização da água, obrigando os Estados a flexibilizarem suas leis, reconfigurando problemáticas ambientais afim de imprimir características de mercado à água. Ferindo assim a soberania dos países, uma vez que os privam de definirem com autonomia e autoridade sobre questões que são estratégicas, como o caso do controle e acesso à água.

O Brasil, vem adotando as medidas neoliberais para alcançar o objetivo da mercantilização. Pode-se indicar como marco, a Lei de Águas de 1997.

A Lei das Águas brasileira, Lei nº 9.433/1997, é um paradigma na mudança do padrão de regulação dos recursos ambientais no Brasil. Ela reafirma o princípio constitucional de que a água é um bem público, mas também consagra a posição em muitos documentos internacionais de que a água é também um bem dotado de valor econômico. (SANTOS, MORAES, ROSSI, 2013, p. 441)

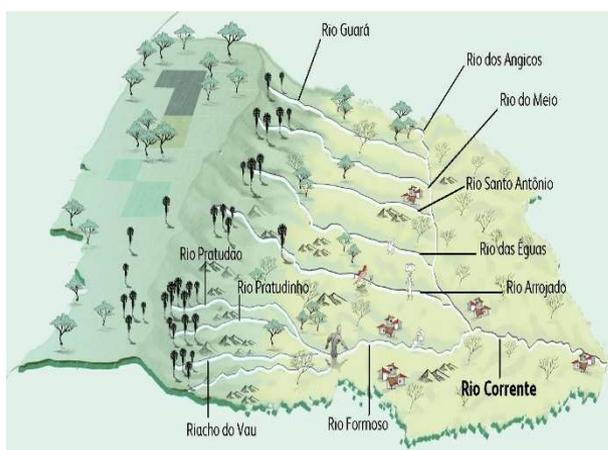
Esse é um exemplo de flexibilização das leis que possibilita a prevalência econômica sobre o uso desse bem comum importante e estratégico para a soberania do Brasil que tem em seu território uma das maiores reservas em água doce do mundo.

O Brasil é o foco desta disputa mundial pois concentra a maior reserva de água potável do mundo (cerca de 13% do total). Em nosso território há grande potencial de água subterrânea - 27 aquíferos, sendo os dois maiores do mundo, o aquífero de Alter do Chão e o do Guarani. Grandes bacias hidrográficas como a bacia Amazônica e a bacia do Prata, consideradas as duas maiores vazões hidrográficas da face da Terra; a bacia do São Francisco, com 2.700 Km de extensão com importância estratégica a todo Nordeste. Além disso, possui a maior empresa de energia da América Latina, a Eletrobrás com a outorga de 47 hidrelétricas (lagos), e é a 5ª economia do mundo com 200 milhões de habitantes, com 66 milhões de ligações de água no saneamento básico que o capital quer privatizar, elevar as tarifas e transformar em lucratividade extraordinária. (CERVINSK e CALISTO, 2019, p. 1)

Outras medidas de flexibilização de leis estão em tramitação no Congresso Nacional e visam alterar a Política Nacional de Águas e regulamentar/detalhar o mercado da água para as corporações internacionais que monopolizam o controle da água no mundo como a Coca Cola.

Uma delas é a tentativa de aprovação da Medida Provisória nº 868 que propõem a criação de um novo marco regulatório para o saneamento, modificando a lei do Plano Nacional do Saneamento Básico para adequá-lo ao programa de privatização e atender as reivindicações das empresas privadas do setor. Essa medida provisória terá como relator, o então Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), o autor do Projeto de Lei nº 495/2017 que propõe a criação do mercado de águas em bacias hidrográficas do Brasil. [...]visa alterar a Política Nacional de Recursos Hídricos e criar o mercado da água no Brasil, tendo como referência a experiência chilena, onde há muitos casos de privatização da água, rios, lagos e mares, a partir da concessão de outorga permanente ou perpétua. Neste projeto de lei se busca controle sobre os rios, reservatórios e nascentes (água superficial): principalmente para indústria de eletricidade, irrigação do agronegócio (ibid., p. 3)²⁰

Ainda em relação à concentração de água doce e direcionando o olhar para a Bahia, observemos o mapa da bacia do Rio Corrente e a localização de algumas cidades abaixo.



Mapa 4 - Bacia do Rio Corrente (CAETANO, 2018)



Mapa 5 - Cidades do Rio Corrente (CAETANO, 2018)

²⁰ A Medida Provisória 868/18 foi transformada no Projeto de Lei 3161/19 apresentado por Tasso Jereissati (PSDB-CE) e aprovado pelo Senado Federal em 06/06/19. Agora segue para a Câmara dos Deputados. Na prática ela regulamenta a privatização do Saneamento Básico no Brasil, o que aprofundará as desigualdades já existentes no acesso ao saneamento no Brasil.

O Oeste é umas das regiões com maior reserva e com muitos rios perenes. Considerando os principais rios, encontram-se três grandes bacia afluentes do rio São Francisco, as bacias dos Grande, Corrente e Carinhanha, “além dos cursos superficiais que formam mais de 49 rios perenes” (VÁRIOS AUTORES, 2007, p 2), esses rios compõem as três bacias citadas, e vem gradativamente, sofrendo agressões que causam diminuição de suas vazões, devido principalmente a ação das empresas do agronegócio nos gerais²¹.

Essas condições geográficas e hidrológicas, tornaram o oeste uma região muito cobiçada tanto pelas reservas de água quanto pela extensão de seu território. Devido a essas condições naturais, como já destacado antes, o agronegócio, com a exploração das terras e das águas por meio das outorgas para irrigação com captação das águas superficiais e de poços de alta vazão que alimentam os pivôs centrais, com desmatamento do cerrado/gerais que causam desgaste e compactação do solo, ocasionam problemas sociais e ambientais para garantir a produção para exportação.

[...] Assim, é possível qualificar a reflexão acerca do conceito de água virtual que vem sendo difundido nos últimos anos. Toda vez que exportamos determinada mercadoria que consome quantidades excessivas de água, como é o caso da soja, estamos também exportando água, em consequência da atuação das empresas estrangeiras que atuam no país em busca de ampliar sua riqueza. (OLIVEIRA e CARVALHAL, 2012, p. 8)

Essa forma de mercantilização da água traz riscos, prejuízos para a coletividade, sobretudo para os camponeses da região, que em condições desiguais de produção, considerando a tecnologia, financiamento, investimento público, são muitas vezes responsabilizados pela degradação.

As ações do agronegócio possuem a chancela do Estado baiano e brasileiro, que age como incentivador e promotor, é insuficiente ou omissa nas fiscalizações e tem sido conivente com a sua expansão por meio da concessão de outorgas hídricas e licenças ambientais para o desmatamento, algumas sem critérios bem definidos. Estes critérios que vêm passando por intensas flexibilizações com as mudanças radicais na legislação ambiental (VÁRIOS AUTORES, 2017).

No Oeste Baiano as empresas do agronegócio são a materialização do capital, que vão desde empresas nacionais a empresas internacionais. E com “[...] a expansão das exportações de base primária, a economia brasileira, baseada na produção de commodities, minerais,

²¹ Termo popular/cultural/carinhoso pelo qual é conhecida a região/vegetação do Cerrado baiano.

metálicos e agrícolas, o governo passou a considerar o agronegócio [...] como força principal na estratégia produtiva” (BOGO, 2013, p. 6), o que tem gerado enormes lucros aos empresários com financiamento e produção de tecnologias por órgãos públicos como os bancos e a EMBRAPA.

Além da produção do agronegócio, há também na região projetos para produção de energia à partir de hidroeletricidade e produção de outras mercadorias primárias como minérios. Estas iniciativas para se concretizarem, precisavam avançar e se apropriar dos territórios, que até então estão sob o domínio dos povos tradicionais locais, dos ribeirinhos, etc. São inúmeros os conflitos que se desencadearam com esse processo, desde a grilagem das terras, ameaças aos trabalhadores, prisões de camponeses, processos judiciais contra trabalhadores.

Junto à problemática de ameaças aos territórios das comunidades pela grilagem, muitos povoados/comunidades que se firmaram às margens dos rios no decorrer dos séculos de ocupação, se veem ameaçadas por diversos projetos de barragens nas as três bacias. Os casos que causaram conflitos mais intensos nos últimos períodos entre comunidades e empresas ocorreram no Rio Carinhanha e Rio Formoso, mas há inúmeros outros projetos.

Conforme dados do Geografar (2012) só para o município de Cocos, bacia do Rio Carinhanha tinham 12 barragens projetadas, dessas, duas geraram grande conflito com as famílias atingidas por que estavam em estágio avançado de estudo²², os projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs de Caiçara e Gavião no rio Carinhanha²³. Outro projeto conflituoso é projeto da PCH de Arrodiador no Rio Formoso²⁴ (bacia do Rio Corrente). Estima-se que uma média de 1500 famílias seriam atingidas direta e indiretamente pelos três projetos de PCHs citados, considerando apenas o território baiano, uma vez que o Carinhanha estabelece os limites/divisa com o estado de Minas Gerais.

Há ainda projetos que não foram catalogados pelo Geografar, como o caso da PCH da Fazenda Diogo²⁵ no Rio corrente, afetando direta e indiretamente famílias das comunidades de Aldeia, Caraíbas, Coragina e Nova Franca no município de Santa Maria da Vitória e as comunidades de Aldeia/Fazenda Diogo, Jenipapo e Silvânia no município de Correntina. Só nesse projeto de PCH no Rio Corrente seriam mais de 500 famílias atingidas.

É importante salientar que os planos de apropriação capitalista que ocorreram e ocorrem no oeste baiano não são fatalidades, nem uma questão isolada, obedecem às movimentações

²² As demais se fossem levadas a cabo, gerariam tanto ou mais conflitos.

²³ As comunidades começaram a ser assediadas no ano de 2012/2013.

²⁴ As comunidades começaram a ser assediadas pela empresa no ano de 2010/2011.

²⁵ As comunidades começaram a ser assediadas pela empresa no ano de 2003/2004.

orquestradas pelo capital mundial, sejam para produzir por meio do agronegócio que é uma das formas de materialização do capitalismo no campo, ou, para gerar energia por meio das barragens e fazer a estrutura funcionar. Com esses dois movimentos apropriam-se das terras e das águas que antes pertenciam as comunidades, aos camponeses, e que passam a ser propriedades privadas com aval e financiamento do Estado brasileiro.

Tanto a produção por meio do agronegócio, quanto a produção de energia elétrica trazem lucros extraordinários aos “donos do negócio” contudo, a produção dessas riquezas não se traduz em benefícios para a população local, principalmente para os que tem suas vidas atingidas drasticamente pelos empreendimentos. Esses se veem sem acesso às condições dignas de vida, em muitos casos tem suas vidas pioradas e situação de pobreza aumentada após serem atingidos.

Diante do exposto e refletindo sobre os conflitos, tomemos por base Fernandes (2004, p. 02) que afirma que a leitura crítica não deve considerar o conflito como algo externo, fora do modelo de desenvolvimento capitalista, mas como algo intrínseco a ele, que acontece em seu interior “e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões de vida. Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento “territorial” rural e nestes se desdobram”. O modelo de desenvolvimento e produção capitalista seja ele implementado no campo ou na zona urbana, expropriando terra ou água, é um modelo de produção de contradições, onde, de um lado há a exploração das bases naturais e da força dos trabalhadores e do outro o acúmulo da riqueza produzida nas mãos de poucos. O conflito aprofunda a luta de classes.

3.3 Conflitos em Correntina

A água está no centro da luta de classe, uma vez que é objeto de disputas por diferentes sujeitos sociais. A bacia do Rio Corrente inserida no contexto global, é alvo de políticas mercantilista e palco de intensos conflitos entre camponeses e empresas nacionais e internacionais que se arrastam há décadas e reforçam a afirmação de que “o capital inseriu a natureza e o trabalho sob a lógica instrumental do mercado transformando a água em uma mercadoria mundial (OLIVEIRA e CARVALHAL, 2012, p. 12).

No final do ano de 2017, Correntina, município que concentra a maior parte dos afluentes da bacia do Rio Corrente, destacou-se no cenário nacional devido ao conflito entre camponeses ribeirinhos do Rio Arrojado e fazendas do agronegócio. Os trabalhadores camponeses, relatos dizem entre 600 a 1000 pessoas, no dia 02 de novembro, ocuparam duas

fazendas, a fazenda Rio Claro do grupo Igarashi, e a fazenda Curitiba arrendada pelo mesmo grupo, situada no Distrito de Rosário, município de Correntina, e alvejaram estruturas, instalações, equipamentos de irrigação, postes de energia elétrica, máquinas agrícolas e atearam fogo em protesto contra a grande quantidade de água retirada do Rio Arrojada que colocava em risco a produção e a vida de todas as famílias ribeirinhas à jusante. Conforme notícias divulgadas na época, os prejuízos da fazenda Igarashi giraram em torno de 50 milhões de reais (Notícias Agrícolas, 2017).

Sobre Correntina, alguns fatos nos ajudam a entender o contexto, de acordo o Geografar ao analisar os “conflitos no campo na Bahia entre 1985 e 2016, Correntina se destaca com 41 conflitos em 31 anos, o que dá uma média de 1,32 conflitos/ano” (apud, PORTO-GONÇALVES, et. al. 2019, p 17), “No município, também há histórico de empregadores flagrados com trabalhadores em condições análogas à de escravo. Entre 2003 e 2013, 249 trabalhadores foram resgatados nestas condições” (OXFAM, 2016, p. 16). É importante registrar que entre os anos de 2003 a 2006 foram resgatados 2.211 pessoas em situação de trabalho escravo nas fazendas do agronegócio no Oeste da Bahia²⁶. Essas questões evidenciam que a ação dos trabalhadores nas duas fazendas foi sendo gestado por longos períodos, eclodindo num ato que chamou a atenção nacional pelo caráter de violência em que as ações foram feitas.

Vale ressaltar que os conflitos e enfrentamentos dos camponeses na região contra a superexploração das águas e das terras pelo agronegócio se arrasta há vários anos. Os conflitos não são uma realidade apenas do Rio Arrojado, todos os rios são ameaçados. “No oeste da Bahia os conflitos por água são antigos e, só entre 2010 e o ano passado, mais de sete mil famílias já foram atingidas” (CPT, 2017).

Outro fato que colocou Correntina no cenário nacional devido a conflitos também por apropriação indevida de água, ocorreu no ano 2000. Quando um fazendeiro fez um canal de 10 metros de largura e 9 km de extensão para desviar água do rio Arrojado para irrigação e criação de camarão, os camponeses dessas mesmas comunidades envolvidos no conflito com o Grupo Igarashi, somando mais de 600 pessoas foram até ao local e com enxadas, pás, etc, interditaram o canal, devolvendo as águas ao rio. Fato esse que foi noticiado pelo Globo Rural na época.

Muitas ações de resistências foram feitas nos últimos seis anos, como: audiências públicas, ocupações de órgão responsáveis pelas questões ambientais, manifestações em vias públicas, contudo não houve resposta às reivindicações apresentadas.

²⁶ Fonte: Carta Aberta à população de Correntina em 2004; Lista Suja do Trabalho escravo 2006.

Todas atividades tiveram caráter regional, foram atividades massivas e procuraram abrir diálogo com o Governo do Estado sobre a questão das águas e do Cerrado, que é visto pelo povo como espaço produtor de água. Em relações ao rol de conflitos que ocorreram, mas sobretudo ao caso Igarashi, foi lançada uma nota pública que denuncia a publicidade dos fatos que são históricos e a forma nefasta como se desenvolveu a produção do agronegócio.

[...] A gravidade destes conflitos é de conhecimento regional, estadual, nacional e até internacional. Contudo, ao longo de décadas o agronegócio nunca assumiu a responsabilidade por sua nefasta atuação, alicerçada num tripé que tem como eixos centrais: a invasão de terras públicas por meio da grilagem e da pistolagem; o uso de dinheiro público para implantação de megaestruturas e de monoculturas de grãos e pecuária bovina; o uso irresponsável dos bens naturais, bens comuns, com impactos irreversíveis sobre o ambiente, em especial, sobre a água e a biodiversidade, além de imensuráveis impactos sociais (VÁRIOS AUTORES, 2017).

Vejamos no quadro abaixo algumas das ações/conflitos que dizem respeito às questões ambientais e uso das águas no último período.

Quadro 01 – Ações/Atos em defesa das questões ambientais na Bacia do Rio Corrente

CONFLITO	PERÍODO	ATIVIDADE/OBJETIVO
Desmatamento de Cerrado	Outubro/2013	Impedir realização de audiência pública que objetivava liberar o desmatamento de 25 mil hectares de Cerrado em pé município de Correntina entre os rios Santo Antônio e do Meio pela fazenda Barra Velha
	Fevereiro/2014	
	Abril/2014	
Agressões ao meio ambiente/Violação de direitos Humanos	Março/2015	Ocupação do INEMA (Regional de Santa Maria) para apresentar pauta dos atingidos ao governo do Estado sobre as questões ambientais e violações dos Direitos Humanos ocorridas na região no último período sejam com os projetos de barragens quanto com a grilagem de terras e também em denúncias as indiscriminadas liberações de outorgas de uso das águas
	Março/2017	Ocupação do INEMA Ocupação do INEMA (Regional de Santa Maria) para denunciar os problemas na região e prosseguir com negociação da pauta junto ao governo do Estado.
Superexploração das águas rios pelas empresas do agronegócio, o caso de Correntina.	Outubro 2015	Ato na cidade de Correntina com mais de 6 mil pessoas denunciando as outorgas dadas à fazenda Sudotex para construção de piscinões para explorar as águas do aquífero Urucuia entre os rios Correntina e Santo Antônio.
	Março/2018	Marcha em Bom Jesus da Lapa e Correntina - Discutir com a população sobre as propostas de privatização das águas e apropriação pelas grandes corporações capitalistas e participar do FAMA 2018

Elaborando por Andreia – Fonte NEIVA e GOMES (2019, p. 12)

Mesmo diante de todos esses processos descritos, o Estado, se mantém inerte ao que diz respeito às denúncias dos trabalhadores e organizações populares, ao tempo que não mede esforços para viabilizar os planos do capital, materializados pelas empresas do agronegócio. As questões pautadas são estruturantes e demandam mudança radical na organização social e produtiva e demonstra como é insustentável essa forma de organizar a produção, pois além das graves consequências ambientais, concentra riquezas e estabelece a propriedade privada das terras e das águas, em detrimento a exclusão de grande contingente de trabalhadores que se vem ameaçadas nessa e futuras gerações.

Sobre a apropriação privada da natureza Flores afirma que

A natureza, e suas leis, são impossíveis de serem convertidas em propriedade privada, a não ser por atos artificiais que contrariam a lógica da natureza, socialmente construídos com violência. [...] A privação é, portanto, um ato de violência, um ato de morte que, no capitalismo, tem suas dinâmicas explicadas em torno ao conceito de valor. As lutas que historicamente se travam pela necessidade e pela defesa da natureza enquanto bem comum são lutas pela sobrevivência e pela vida, lutas pela humanidade” (2013, p. 103-104)

Partindo dessa premissa, os embates que são feitos no Oeste da Bahia em defesa da natureza, das terras e das águas, são legítimos, e configuram no exercício do direito à vida dessa e das gerações vindouras.

Inúmeras fazendas do agronegócio se instalaram no território, mas o conflito foi protagonizado com fazenda do grupo do grupo Igarashi que explora as águas e terras da região e de forma legalizada. Ocorre que o

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA concedeu à Fazenda Igarashi, por meio da Portaria nº 9.159, de 27 de janeiro de 2015, o direito de retirar do rio Arrojado uma vazão de 182.203 m³/dia, durante 14 horas/dia, para a irrigação de 2.539,21 ha. Este volume de água retirada equivale a mais de 106 milhões de litros diários, suficientes para abastecer por dia mais de 6,6 mil cisternas domésticas de 16.000 litros na região do Semiárido. (VÁRIOS AUTORES, 2017)

Esse volume de água daria para abastecer a população da sede do município (mais de doze mil habitantes) de Correntina por mais de 30 dias, uma vez que o consumo diário da população é de pouco mais de 3 milhões de litros.

As informações sobre a quantidade de água explorada por meio das outorgas que foram dadas para uso de água pelo agronegócio na região são obscuras, nem os órgãos que são responsáveis sabem quantificar o que de fato se tem de água e o quanto é explorado devido à

falta de fiscalização e estudos atualizados e confiáveis. Nem o próprio governo do estado consegue explicar o que ocorre, essa questão ficou claro quando representantes do governo foram interpelados em reunião após o ato e nenhuma resposta satisfatória foi dada, apenas apresentam o número de outorgas concedidas. Segundo informações do “Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável com foco em Recursos Hídricos no Município de Correntina”, apresentado por representantes do governo do estado em reunião com lideranças da região em 29 de agosto de 2018 em Correntina, “o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídrico, INEMA, registrou 32 (trinta e duas) autorizações emitidas para perfuração de poços no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2017; [...] 45 (quarenta e cinco) usuários outorgados ou que já tiveram outorga para o uso da água” contudo não especifica o montante de água retirado, em que rio e nem a situação dos mesmos. Fato é que as populações assistem a morte lenta e gradual de seus rios, riachos, veredas. Ficou evidente também a posição do governo do estado em manter a definição sobre a política adotada para a liberação de outorgas que atendem aos interesses das empresas do agronegócio.

Como consequência do último conflito, a luta em defesa das águas foi criminalizada e ocorreram diversas violações de direitos humanos (CBDDDH, 2017). Diversos foram as opiniões sobre o fato ocorrido, bem como as especulações sobre quem eram os responsáveis por tal ação. Ao ser interpelado em um programa de televisão, o governo do estado classificou o grupo de camponeses como “bando” que deveria ser responsabilizado criminalmente pelo ato de vandalismo, desconsiderando o problema socioambiental que é histórico.

As entidades e personalidades representativas do agronegócio, bem como os políticos que defendem suas bandeiras, classificaram a ação dos camponeses como terrorismo, caso de polícia e cobraram resposta e punição efetiva contra os responsáveis. A resposta do governo do estado foi alocar um forte aparato policial em Correntina, gerando insatisfação e indignação por parte da população, uma vez que seus pleitos nunca foram atendidos. Assim é salutar compreender que

O Estado, portanto, é uma superestrutura legal e política construída em relações de classe [...] A sociedade é o lugar dos conflitos econômicos, sociais e ideológicos; o Estado, por sua vez, é o responsável pela solução desses conflitos, seja por meio de mediação, seja pela repressão: o Estado é o detentor de poder de comando e tem, por isso, direito legítimo à obediência da sociedade civil. A relação que se estabelece entre sociedade civil e Estado é uma relação entre desiguais. O Estado é um ‘mal necessário’. Inversamente, a sociedade detém o poder de legitimar e deslegitimar o Estado instituído, determinando seu campo de ação político e econômico, sua eficiência etc” (FLORES, 2013, p. 164)

Vale ressaltar que o estado no contexto de organização social capitalista cumpre um papel de gestor, administrador das vontades e desejos do capital e pela correlação de força social e a estrutura em que está montado, o poder econômico tem forte incidência nas decisões tomadas. Por isso, a necessidade dos grupos e organizações sociais populares de analisar e agir tendo em vista o todo, as ações que são pautadas em questões específicas, regionalizadas sem considerar o problema sob suas várias vertentes (histórico, político, econômicas), na sua totalidade, estão fadadas ao fracasso do ponto de vista social.

Transcorrido quase dois anos do episódio supra citado, as medidas apresentadas pelos órgãos competentes são paliativas e apenas postergam um conflito que poderá ocorrer com proporções ainda maiores, e mesmo elas ainda não foram executadas totalmente.

Ainda em relação ao plano apresentado pelo estado, fizeram um prévio diagnóstico com imagens sobre a situação do rio Arrojado, e entre os problemas elencadas como os causadores da situação de degradação do rio, enfatizaram as rodas d'água artesanais de captação de água, os canais de irrigação²⁷ das comunidades que atendem centenas de famílias, sem contudo demonstrar a ação do agronegócio nas cabeceiras e áreas de recargas, o diagnóstico tendia a culpabilizar os camponês

A Questão agrária e das águas no Oeste da Bahia foi transformada num emaranhado de problemas que apenas evidenciam as contradições capitalistas. De um lado aqueles que usufruem das bases naturais (que deveriam ser comum) a partir do financiamento público em infraestrutura, tecnologias, incentivo à produção, carregando um discurso da promoção do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida das populações. De outro, os impactos da apropriação indevida dessas bases naturais por empresas privadas, produzindo desigualdades, pobreza, conflitos, morte de seres humanos, da natureza e dos mananciais que garantirão a sobrevivência de gerações futuras.

3.3.1 Grilagem das Águas em Correntina, Bahia

Não é de hoje que se discute e afirma-se a ilegalidade da apropriação de terras por meio da grilagem no Brasil. Prática essa que expropria, exclui e mata muitos defensores de meio ambiente e direitos humanos. Junto a essa questão consideramos que quando se pratica a grilagem de terras, também pratica-se a grilagem das águas que compõem aquele território.

²⁷ A maioria dos canais tem mais de 30, 40 anos, feitos pelas comunidades antes das legislações vigentes, para viabilizarem sua produção.

Compreendendo a grilagem como roubo apropriação indevida/ilegal de terra, a grilagem da água se dá mesma forma. Quando se autoriza outorgas para uso de água em terras com títulos de origem fraudulenta, duvidosa... está se legitimando a grilagem e por sua vez regularizando a grilagem das águas. Às vezes ocorre sem conhecimento dos órgão competentes, outras vezes as ações ilegais tem o respaldo e recebem tardiamente a legalização por parte desses mesmos órgãos. Os usos indevidos/intensos com retirada de água são feitos tanto nos curso superficiais quanto nas reservas subterrâneas.

A grilagem das águas é legalizada uma vez que são feitos ajustes nas leis e normativas para favorecer os planos de expansão do agronegócio. As decisões políticas econômicas migraram para o campo com o discurso de que são pautados na técnica. (SANTOS, MORAES ROSSI, 2013, p. 446). As definições não podem ser tomadas na esfera econômica, especulativa e sim na esfera política, com participação popular e definição coletiva.

Citaremos três exemplos de grilagem de água ocorrido nos rios de Correntina. Vejamos o caso da fazenda Passagem Funda localizada à margem na cabeceira do rio Arrojado em Correntina. A referida fazenda construiu um barramento na nascente/cabeceira do rio de forma irregular há 30 anos, sem respeito às leis ambientais e às populações a jusante. Fizeram uso de pivôs durante muito tempo e solicitaram outorgas de uso só em 2012, e foi contemplada com a regularização de sua obra em 2017 pelo INEMA (SILVA e ALVES, 2018, p. 23). Não foi responsabilizada pelos anos de uso indevido e exploração (roubo) intensiva de água.

Um segundo exemplo são os casos das Fazenda Buriti e Xanxerê, localizadas entre a BR 349 e o rio Arrojado, ambas tinham autorização para usar 1 poço de alta vazão para irrigar 100 hectare, contudo irrigavam 200 hectare cada. O Poço de alta vazão pode retirar até 500 mil litros por hora, num período de 18 hora por dia.

Um terceiro exemplo é o da fazenda Xingu (Antiga fazenda Suzy), que com licença vencida desde de 2009 (para operar 28 pivôs), foi flagrada em 2015 operando 12 pivôs no rio do Meio, quando todos os pivôs estavam ligados interferiam imediatamente e comprometia a vazão do rio. Em uma entrevista discutindo os problemas em torno da água na bacia do Rio São Francisco a promotora Luciana Koury (2018) cita o fato, que ocorreu durante a realização da Fiscalização Preventiva Integrada, FPI. “Numa FPI de 2015 a gente constatou numa fazenda em Correntina que 12 bombas ligadas durante 12 minutos abaixavam o rio 15 centímetros. Então, a gente viu que tinha alguma coisa fora de controle”.

A referida fazenda utilizava três vezes mais do que o permitido por lei, que determina que não pode ultrapassar 20% da vazão do rio por empreendimento. Ocorre que a fazenda

flagrada em irregularidade, citada acima, desmembrou o projeto em três e o INEMA aceitou e regularizou a proposta. Assim uma única empresa monopoliza toda a vazão de um rio para sua produção.

Esse processo de grilagem das águas e das terras traz inúmeros problemas, entre eles a destruição das nascentes e de rios e o envenenamento dos mananciais (BDF, 2018, p, 03). Para exemplificar nossa afirmação vejamos o caso do rio Santo Antônio, também localizado em Correntina, que depois dos processos de exploração pelo agronegócio é praticamente um rio morto e apresenta a migração de sua nascente, reduzida em mais de 37 km. Sobre o envenenamento das águas um estudo realizado em 2017 encomendado pelo SAAE de Correntina, comprovou que na água que abastece a população urbana havia a presença de altos índices de alumínio, estando a água imprópria para consumo humano.

É importante destacar que em meio a todas essas irregularidades, ainda não foi elaborado Plano de Bacia Hidrográfica para a bacia do Corrente e a resolução nº 96/2014, que “Estabelece diretrizes e critérios gerais para a outorga do direito de uso dos recursos hídricos de domínio do Estado da Bahia e dá outras providências” (p. 01), determina que para se emitir outorgas é preciso observar as questões levantadas nessa resolução como prioridades de uso, vazão dos rios, etc que são definidas a partir da elaboração do Plano de bacia (que não existe). Esse fato reafirma a ilegalidade no processo de autorização de outorgas.

O argumento do INEMA para liberação de outorgas é que utilizam o critério Q9.

O Inema (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) tem um entendimento de que estão utilizando um parâmetro técnico, o Q90, que analisa quanto de água tem em 90% do tempo no rio. Verdade. Só que eles não estão levando em conta a situação atual do rio, estão se baseando em dados antigos, em um rio que não existe mais. E aí concedem as outorgas, e os empreendedores dizem que estão legalizados, e a população diz que as outorgas são absurdas. Nós não temos os estudos das séries históricas atuais. Eu acredito no que o povo está dizendo. Fizemos uma recomendação ao Inema para que eles suspendam novas outorgas até ter o plano da bacia do rio Corrente e que revisasse as outorgas já concedidas, levando em consideração dados mais atuais. (KOURY, 2018, p. 03)

Em relação às recomendações dadas ao INEMA sobre as outorgas, o Comitê da Bacia do Rio Corrente também recomendou no ano de 2015 ao órgão público que cessasse a emissão das mesmas na bacia e que revisse o que já fora feito. O INEMA não acatou nenhuma das recomendações, nem a do comitê nem a do MP e continuou emitindo liberações.

Ainda sobre esse critério Q90, o Ministério Público afirmou em reunião do comitê de Bacia do Corrente em abril de 2019, em Santa Maria da Vitória, BA, que a legalidade não está sendo cumprida na liberação de outorgas, uma vez que não existe plano de bacia e que os dados

utilizados pelo critério Q90, são antigos, compreendendo o período de 1977 a 1997, não considerando a vazão do São Francisco em período de seca e que utilizam apenas dados de 5 estações pluviométricas num universo de 49 estações na bacia do Corrente. Destacou ainda que essas estações que fornecem os dados não estão em locais estratégicos. Os dados dessa 5 estações não correspondem a real situação de todos os rios em todo o seu percurso, uma vez que trazem informações de rios específicos em pontos específicos, ainda assim, são utilizados universalmente para toda a bacia, como se todos os rios estivessem num mesmo patamar.

Altair Sales, pesquisador histórico do Cerrado baiano, afirma que “não separemos terra e água, pois a vida depende diretamente destes dois elementos em relação metabólica. A questão fundiária e a questão hídrica se mostram, assim, uma só questão. A região do Além São Francisco/Oeste da Bahia é disso uma prova eloquente.” (p. 31). Diante da situação e fatos descritos, endossamos a fala do autor e afirmamos que no Oeste da Bahia se pratica grilagem das águas.

A materialidade dos fatos apresentados demonstra a necessidade de se repensar e mudar radicalmente toda a forma de uso e gestão das águas, olhando o problema como uma questão fundiária e hídrica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir Educação do Campo considerando a trajetória do MAB e ainda sobre esse viés da processos educativos comunitários é um grande desafio, sobretudo devido à dificuldade em encontrar produções teóricas que pautem o tema.

Lançando o olhar sobre as práticas de processos educativos comunitários no Movimento dos Atingidos por Barragens, observamos que avançamos em alguns aspectos, tendo em vista que toda ação dentro do movimento social coletivo popular é formativa, educativa. Ao MAB fica o desafio de dar continuidade ao trabalho educativo já iniciado, retomando as práticas nos espaços formais de educação.

No decorrer do texto fizemos referência à construção de texto base e de uma cartilha com sínteses sobre os conflitos ancorados nos contextos históricos das lutas, resistências e das estratégias do capital para a apropriação da água, base natural estratégica para a soberania dos povos/países. A proposta do que discutir e priorizar no texto é fruto de construção coletiva, a partir da experiência no acompanhamento aos/as camponeses/as no período pós-conflito, bem como, nos debates no coletivo do movimento.

O esforço nesse trabalho foi de aprofundar o debate dos fatos relacionando-os às questões gerais do processo de expansão capitalista, rompendo com a concepção de análise dos conflitos/questões como algo isolado. Evidenciou-se as medidas que foram sendo tomadas em nível mundial e nacional para viabilizar a mercantilização da água e como é materializada no oeste da Bahia bem como os conflitos surgidos a partir das contradições produzidas pelas ações capitalistas para apropriarem-se das terras e das águas. O processo de grilagem das terras desencadeia a grilagem das águas, ambas seguem à lógica capitalista de se apropriar dessas duas bases naturais vantajosas, aprofundando as desigualdades sociais e econômicas, onde por um lado é gerado lucros exorbitantes para uma parcela pequena da sociedade representada pelas empresas privadas capitalistas, e por outro lado, é deixado um rastro de destruição com devastação ambiental, mortes dos rios e miséria para povo.

Em relação a toda a problemática apresentada, algumas questões são imprescindíveis para minimizar, resolver a situação, entre elas destacamos a necessidade de cessar e revisar todas as licenças pra desmatamento e outorgas de uso de água; fiscalizar intensivamente a ação das empresas do agronegócio e punir exemplarmente as irregularidade encontradas; realizar a regularização fundiária na região. A água não pode ser propriedade privada do capital, não dever ter dono. A água é um direito, não é mercadoria. A água é do povo e pelos povos deve ser controlada e cuidada para satisfazer as suas necessidades.

Sobre a luta e resistência do povo, há a necessidade de fortalecer os processos de organização buscando cada vez mais a massividade e pensar o curto, médio e longo prazo. Compreender que apesar de materializar-se no território/região, o problema está inserido em questões nacional/globais, assim, a ação precisa também seguir esse fluxo.

Ficou evidente que a ação do povo deve pautar-se no que é legítimo, compreender que nem tudo que é legal, é legítimo, muita coisa não está a serviço do povo. Às vezes a lei não é justa! Não é a realidade que deve se adequar à lei. É sempre bom questionar: Pra quê e pra quem as leis são feitas? A quem às leis servem?

Ainda há muito a aprofundar e o presente trabalho mostra-se insuficiente diante da abrangência dos dados coletados e da necessidade de sistematização das diversas temáticas que fogem do escopo dessa pesquisa, ficando a sensação de que mais é preciso ser feito. Há muita coisa ainda por dizer, registrar, sintetizar.

Considerando as etapas de construção da experiência em produzir esse artigo, surgiram muitas dificuldades, entre elas, é se adequar com as exigências da academia na construção das reflexões e análises. Assim, compreender como se dão os processos de exploração do povo,

perceber as questões abordadas a partir das teorias relacionadas com a prática militante, não se apresenta tão desafiador quanto traduzir em palavras e textos a riqueza sentida, vivida, percebida.

REFERÊNCIAS

AIBA, Associação dos Irrigantes da Bahia. **Trancamento de Matrículas nos municípios de Santa Maria da Vitória, Coribe e Jaborandi**. Carta ao Tribunal de Justiça do Estado da BA. 2011

BRASIL, Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL. **BIG – Banco de Informações e Geração. Capacidade de Geração do Brasil**. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm> acesso em 04.19.2019

AUGUSTO, André Guimarães. **Ontologia e Crítica: o método de Marx**. 1999. Disponível em: www.uff.br/revistaeconomica/v.1.n.2.p.131/142

BAHIA, Diário Oficial. **Resolução N° 96 de 25 de fevereiro de 2014**. Conselho Estadual de Recursos Hídricos, CONERH.

BAHIA, SEMA, INEMA, SDR, CDA, SEPROMI, SIHS. **Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável com foco em Recursos Hídricos no Município de Correntina**. 2018. Documento não publicado.

BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, SEI. **Regiões Administrativas da Bahia, mapas**. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/regioes_administrativas_2015.pdf Acesso em 27.07.2018.

BAIANO, Hélverton. **História de Correntina**. 2ª Edição, Goiânia Ed. do autor. 2006.

BARRETO, Cleidiane Moreira; BARRETO, Eldo Moreira e BARRETO, Elizete Carvalho Fagundes. **Comunidades Tradicionais de Fechos de Pastos e seu modo próprio de convivência e manejo da sociobiodiversidade do cerrado: história, direitos e desafios – Correntina-Bahia**, Associação dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto de Clemente (ACCFC) 1ª edição, 2017.

BENJAMIN, Cesar e CALDART, Roseli Salette. **Projeto Popular e Escolas do Campo**. Brasília, DF. Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 03.

BOGO, Ademar. **Educação do campo em tempos de produção de mercadorias especiais**, 2013. Disponível em: www.ufrb.edu.br/educacaodocampo.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Pesquisar – Participar in Pesquisa Participante**. 3ª Reimpressão da 8ª Ed. São Paulo. Brasiliense. 2006.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do oeste baiano (1501-1827)**. Boletim Goiano de Geografia. V. 29. N. 01. P. 47-56. Jan/jun. 2009.

_____. **A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985)**. GeoTextos, vol. 6, n. 1, p. 35-50. jul. 2010.

BRASIL, IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 18.05.2017

BRASIL, Incra. **O que é grilagem?** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/oqueegrilagem>. Acesso em: 08.04.2019

CAETANO, Leandro. **Vídeo Corrente das Águas: o vale em-Cerrado**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=krabfRX-Cgc> Acesso dia: 09.05.2019

CBDDDH, Nota Pública: **Comitê manifesta preocupação sobre abusos policiais contra a população de Correntina (BA) e exige providências do Estado**. Disponível em: <http://comiteddh.org.br>. Acesso em: Janeiro de 2018.

CERVINSK, Gilberto. CALISTO, Dalila. **QUEREM PRIVATIZAR A ÁGUA**. 2019. Texto não publicado

CONGEMAS. **Mapa Territórios de Identidade da Bahia**. Disponível em: <http://coegemas.blogspot.com/p/territorios-de-identidade-ba.html>. Acesso em: 24.08.2018

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Milhares de pessoas protestam em Correntina (BA) em defesa das águas e do cerrado, 2017**. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: Janeiro de 2018.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br>

FLORES. Rafael Kruter, **Dos Antagonismos na Apropriação Capitalista da Água à sua Concepção como Bem Comum**. Tese de Doutorado, UFRS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302015000200237. Acesso em: 28.07.2018

GEMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e Água: O conflito de Itaipu**. 1ª Edição, Salvador, EDUFBA: ULBRA 2006.

GEOGRAFAR, **Inventário Social das Barragens**. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br>. Acesso em: 06.05.2018.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O que é grilagem**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/oqueegrilagem>. Acesso dia: 08.04.2019

IRIGARAY. Micheli Capuano, Texto: **Privatização e mercantilização da água na América latina: desafios da sustentabilidade e defesa do bem (de uso) comum “no” e “para além” do capitalismo** – Dissertação (Programa de Pós Graduação em Direito). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016 acrescentar o sítio acesso em 29.07.2018

JAUMONT, Jonathan. VARELLA, Renata Versiani Scott. **A pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades**. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, p. 414-464. 2016.

JORNAL BRASIL DE FATO. **Na mira das grandes corporações**. Edição Especial – Nº3/2018 – Circulação Nacional.

KOURY, Luciana. **"Não adianta revitalizar o São Francisco se você está autorizando danos"**. **Entrevista**. Disponível em: <http://conexaoagua.mpf.mp.br/boletim-das-aguas/edicao-especial-2018/2018-09-04-artigo-luciana-khoury.pdf>. Acesso em: 11.05.2019.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katálisis. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45. 2007

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **Declaração Universal dos Direitos da Água, Coletivo de Educação do MAB**, caderno pedagógico, imagens em movimento: texto de aprofundamento e debate, DF, 2008

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **Parem com a apropriação da água! Declaração da Via Campesina no Fórum Alternativo Mundial da Água**. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/parem-com-apropriada-gua>, 2012. Acesso dia 19.04.2019

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. Coletivo de Educação **Caderno Pedagógico, imagens em movimento: texto de aprofundamento e debate**, Brasília, DF, 2008

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. Coletivo de Educação. **Caderno Pedagógico: A educação no Movimento dos Atingidos por Barragens**, Brasília, DF, 2005

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **Documento-síntese do Seminário Internacional da Água** Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/noticia/documento-sintese-do-semin-rio-internacional-da-gua>, 2011. Acesso em 19.04.2019

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **O domínio da água é uma das estratégias das empresas para sair da crise, apontam painelistas** <http://www.mabnacional.org.br/noticia/dominio-da-gua-uma-das-estrategias-das-empresas-para-sair-da-crise-apontam-painelistas>, 2011. Acesso dia: 19.04.2019

MASSON, Gisele. **Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais**. Praxis Educativa, Ponta Grossa, PR. V. 2. N. 2. pp. 105 a 114. Julho-dezembro de 2007.

MIRANDA, Avelino Fernandes de. **A época de ouro do Corrente: tempos (re)construídos**. 1ª Edição, Goiânia. Editora da UCG, 2002.

MURAL DO OESTE. **Mapa Território de Identidade da Bahia**. Disponível em: <http://muraldooeste.com/o-territorio-da-bacia-do-rio-corrente>. Acesso em: 24.08.18

NEIVA, Andreia da S. GOMES, Temóteo da S. **O Movimento dos Atingidos por Barragens/Mab no Oeste da Bahia: lutas e resistências em defesa dos direitos das populações atingidas**. 2019. Texto não publicado.

NETO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1ª Ed. São Paulo. Expressão Popular. 2011.

NOTÍCIAS AGRICOLAS, Caso Igarashi: **Investigações acontecem em meio à discussões sobre uso e cobrança da água**. www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio. Acesso em 30/07/18

OLIVEIRA, Jaqueline da Silva. CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **Água como mercadoria e a luta dos movimentos sociais pelo acesso à água no Pontal do Paranapanema**. An da XIII jorn. trab. Oct. 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br>. Acesso em 28/07/2018.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. **Análise histórico/geográfica do Oeste da Bahia: breve levantamento dos movimentos de divisão no contexto de formação territorial**. Anais do VII CBG. Disponível em: www.cbg2014.agb.org.br/. Acesso em 27.07.2018

OXFAM, Brasil. **TERRENOS DA DESIGUALDADE: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**, Informe da Oxfam Brasil, novembro de 2016, Disponível em: www.oxfam.org.br, Acesso em: Janeiro de 2019

PELOSO, Ranulfo. **Org. Trabalho de Base (Seleção de roteiros organizados pelo Cepis)**. 1ª Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2012.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **Materialismo Histórico Dialético e a Educação**. Disponível em: www.scielo.br. Acesso dia 06.06.18

POCEA, Plataforma Operária e Camponesa da Energia e da Água. **Propostas para um Projeto Energético e Popular: Com Soberania, Distribuição da Riqueza e Controle Popular**. Disponível em: <http://mabnacional.org.br/publicacao/cartilha-da-plataforma-oper-ria-e-camponesa>. Acesso em: Janeiro de 2018

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. CHAGAS, Samuel Britto das. **Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina – BA**. 2018. Texto não publicado.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. **ESPAÇO GEOGRÁFICO, TERRITÓRIO USADO E LUGAR: ENSAIO SOBRE O PENSAMENTO DE MILTON SANTOS**. Para Onde?, 8 (2): 154-161, ago./dez. 2014 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós- Graduação em Geografia, Porto Alegre. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/61589>. Acesso dia 03.08.19

SANTOS, Elisabete. MORAES, Luiz Roberto Santos. ROSSI, Renata Alvarez. **Água como direito e como mercadoria – os desafios da política**. Bahia Análises e Dados, Salvador, v. 23, n. 2, p.437-459, abr./jun. 2013.

SILVA, Eumano. ALVES, Gilberto. **O Levante dos Ribeirinhos**. 1ª Edição, Brasília, DF, Metrópoles, 2018

SOBRINHO, José de Souza. **O camponês gerazeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra**. Tese de doutorado. CAPH/FFLCH, USP. 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06032013-093947/pt-br.php>. Acesso em: 04.04.2019

SOUZA, José Evangelista de. **Coronéis do Médio São Francisco – Fatos e Histórias**. 2ª Edição. AJASS, 2007.

TONET, Ivo. **Atividades educativas emancipadoras**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 9-23, jan./jun. 2014. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.php/praxiseducativa>

VARIOS AUTORES, Nota Publica: **Cansado do descaso das autoridades, o povo de Correntina reage em defesa das águas**. 2017 Disponível em: www.mabnacional.org.br/noticia. Acesso em: janeiro de 2018.

VÁRIOS AUTORES. **Documento de denúncia e reivindicação da Audiência Pública sobre legislação ambiental do Estado da Bahia, organizada pelo Território Velho Chico**. Bom Jesus da Lapa, 2007. Texto não publicado.

VARIOS AUTORES. **Dossiê-Denúncia sobre impactos e crimes socioambientais no Oeste da Bahia**, 2018. Documento não publicado.

VENDRAMINI, Célia Regina. **A educação, o trabalho e a emancipação humana: uma análise das pesquisas sobre o MST**. 2009. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-5421-int.pdf>

ZEN, E. L. FERREIRA, A. R. L. **Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)**. In. **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTO, G. Orgs. São Paulo. Expressão Popular, 2012.

APÊNDICE A

TEXTO BASE²⁸

A SEDE DO CAPITAL: Grilagem das terras e águas no Território da Bacia do Rio Corrente

Apresentação

As disputas em torno da apropriação da água se acirram no mundo todo, no Oeste da Bahia, região rica em água, não é diferente. Muitos são os conflitos em torno das terras e das águas, conflitos esses que precisam ser registradas, discutidos a partir da visão dos ribeirinhos que são os que mais sofrem as consequências com a devastação e superexploração das águas pelas grandes empresas.

Assim diante da necessidade da produção escrita e debate sobre essa temática sob olhar de quem é atingido/a, nasce esse texto base, como um dos produtos da pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O texto base traz questões para ajudar na reflexão no decorrer de todo o texto, estimulando o pensamento e ação coletiva sobre diversos problemas que ocorrem na região. Assim, é organizado em seis partes contando com uma breve introdução. No segundo tópico traz aspectos históricos, geográficos da região; no terceiro, apresenta argumentos sobre geopolítica da água; no quarto, aborda questões sobre o que denominamos de grilagem das águas; no quinto, traz o conflito entre agronegócio e camponeses na

beira do rio Arrojado retratando o caso Igarashi e, por último, algumas reflexões/afirmações aprendidas com a experiência.

É um material para estar em muitas mãos! A sugestão é que os grupos discutam as questões e tentem achar respostas e saídas coletivas para os problemas apresentados. Chame seus familiares, vizinhos, amigos, grupo, comunidade, façam a leitura juntos/as! Pois a mesma foi elaborada para ser estudada coletivamente!

Façam bom uso desse material de estudo! Boa leitura!

1. Introdução

Á água é essencial à vida no planeta terra. É elemento vital para o ser humano e todas as outras formas de vida existentes, ao longo da história da humanidade. Todos os processos produtivos desenvolvidos dependeram desse bem natural.

Na sociedade capitalista não é diferente; ao contrário, com essa forma de organização social se aprofunda a exploração dessa base natural, traz consequências drásticas que afetam diretamente a continuidade da vida no planeta, pois, as intervenções humanas alteram o ciclo de reposição desse bem, em qualidade e quantidade necessária à sobrevivência humana, animal e vegetal e causa, inclusive, mortes de muitas fontes naturais de água.

Os impactos das medidas capitalistas para se apropriar dessa base natural têm consequências diretas na vida das pessoas e atinge, de forma distinta, as populações que vivem no campo e nas áreas urbanas. As reflexões a seguir tratam, sobretudo, dos processos exploratórios que ocorrem no campo e, faz um recorte sobre a situação, em parte do Território da Bacia do Rio Corrente.

²⁸ Texto organizado a partir do TCC do curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores/CFP da

2. A formação do Território da Bacia do Rio Corrente

A História

A ocupação da região Oeste da Bahia²⁹ aconteceu paralelamente à ocupação do Brasil, a partir da chegada dos portugueses, em 1500. Mas, se deu de forma lenta e gradual; não acompanhou as mudanças ocorridas, em outras regiões do Brasil, como ocorria no litoral, que era influenciado pelas mudanças mundiais, na política, economia, etc. Até o ano de 1827, a Região Oeste não pertencia à Bahia. Toda a margem esquerda do Rio São Francisco pertencia à província de Pernambuco, que perdeu parte do seu território por retaliação da Coroa Portuguesa, devido a revolta conhecida como Confederação do Equador. Por essas questões históricas, a região ficou conhecida como Região do Além São Francisco e, nunca recebeu a devida atenção dos governos. Por longos anos, ficou isolada considerando as ações desenvolvidas no restante do estado.

As Terras

Com uma área estimada em 183 mil km², desde o início da colonização, essas terras foram destinadas às grandes propriedades que se estendiam por toda região. Os latifúndios e fazendas surgiram a partir das Sesmarias das famílias Guedes de Brito e Garcia D'Ávila. O movimento de interiorização/ocupação seguiu o curso dos rios da região que, além de abrigarem as Vilas que se formavam, se tornaram rotas para escoamento das mercadorias produzidas. Devido às definições políticas que foram sendo tomadas, a região teve a presença forte de coronéis que dominavam as terras e a política da região, sendo eles mesmos a

lei, a ordem, os gestores... por muito tempo. Alguns resquícios dessa forma organizativa perdura até hoje. Isso ocasionou a concentração de terras na mão de poucos e grande contingente de pessoas sem acesso à propriedade da terra. Junto com essa situação, ainda há muitos casos de grilagem de terras.

As terras que estão sob a posse dos trabalhadores, sejam elas áreas coletivas e ou individuais foram ou estão sendo roubadas por meio da grilagem que ocorre na região, como já constatada pelo governo do Estado, no ano de 2011. A Ação Discriminatória Administrativa Rural afirmou que no caso da matrícula 2.280, registrada em 1945, foram gerados inúmeros dos diversos registros atuais de terra.

Do total de área, registrada pelos órgãos oficiais só em Correntina, 73,94% estão na mão de 409 proprietários (terras roubadas estão dentro desse total), enquanto a cidade tem mais de 31 mil habitantes e mais de 18 mil pessoas morando no campo. Assim, se confirma que a grande maioria é sem-terra, não tem acesso a área para plantar, trabalhar... mesmo tendo sua origem/descendência na região.

A grilagem vem recheada de violência contra os pequenos agricultores e suas lideranças. Nas décadas de 70 e 80 foram, no mínimo, 8 pessoas assassinadas, na bacia do rio Corrente, simplesmente por serem defensores dos direitos humanos; morreram por lutarem e se organizarem em defesa das terras e das águas. Para manter o controle sobre esses territórios, o latifúndio que, na época dos coronéis se valiam de jagunços, hoje lança mão da "Segurança Privada", conhecida pelo povo da região como

²⁹ Região Oeste da Bahia aqui compreendida como toda margem esquerda do Rio São Francisco, compreendendo 35 municípios baianos, considerando desde

Carinhanha que faz limites com Minas Gerais até Juazeiro que faz limites com Pernambuco

pistoleiros, que aterrorizam os povos e comunidades tradicionais que resistem à grilagem do agronegócio³⁰.

Na comunidade todo mundo tem um pedaço de terra para plantar? Porque algumas pessoas não têm terra? Quem são os donos da maioria das terras, hoje? Como eles se tornaram donos de tanta terra? O que fazer para que todos tenham acesso à terra? Qual a situação dos que tem terra, todos tem o documento?

Discuta com seu grupo, comunidade o que fazer para resolver a situação da concentração de terra na região.

As Cidades

Os primeiros núcleos e povoações se deram em torno dos currais. Eram pontos econômicos importantes e existiam vários. Há indicativos que as primeiras povoações são datadas do século XVII. Contudo, as primeiras vilas registradas, ainda com a região pertencendo à Província de Pernambuco, foram Barra em 1752 e Pilão Arcado em 1810. A partir do território dessas duas Vilas é que surgiram as demais cidades do Oeste da Bahia. Sob a jurisdição da província baiana, a primeira vila criada foi Carinhanha, em 1832. Foi a partir dessa vila que surgiram todas as outras vilas/cidades da bacia do rio Corrente, a exemplo de Correntina, em 1866, Santa Maria da Vitória, em 1880 e, Santana, em 1890.

O Povo

³⁰ Abaixo, três notícias sobre prisões de pistoleiros na região oeste:

1. Posseiro prendem capangas de grileiros de terras em Correntina no oeste da Bahia. [Http://www.barreirasnoticias.com](http://www.barreirasnoticias.com), Barreiras notícias terça-feira, abril 03, 2012. Acesso em 20/05/2017.

A população dessa região é miscigenada, com origem indígena, negra e branca. Com referência à população da Bacia do Rio Corrente com um total de 200.819 habitantes, conforme o censo de 2010, 53,5% mora na zona rural. A presença de camponês/agricultores familiares é grande, comparando à outras áreas do país.

Durante os anos da ocupação, houve muita resistência e luta no território; muitas revoltas que ocasionaram a criação de quilombos e a morte de muitos povos originários. Percebe-se fortes traços negros e indígenas na fisionomia e cultura do povo. A mistura da religiosidade, fé, cultura e costumes se traduz em características bem particular do povo do cerrado baiano. Os povos dessa região são, em sua maioria, populações tradicionais ribeirinhas e de fecho de pasto que têm forte tradição de luta e resistência, na defesa dos seus direitos e do meio ambiente.

Você acha que existe um povo superior a outro? O fato das populações terem um cor de pele diferente, umas mais claras outras mais escuras as tornam superiores?

A Produção

Conforme os registros, ao longo de mais de 300 anos, a economia foi desenvolvida em diversos tipos de atividades, como mineração, agropecuária... A predominância sempre foi a produção a partir do trabalho na agricultura, seja na criação de animais ou na produção de produtos de base primária. A maioria da população vive

2. Trabalhadores prendem pistoleiros em Correntina, Bahia, <http://www.barreirasnoticias.com>, acesso em 20/05/2017

3. Em Correntina, três seguranças são presos em área de conflito de terra, publicada em 17/07/2012 14:40:06, <http://leiamais.ba>, acesso em 20/05/2017

no campo, com forte produção camponesa destinada, sobretudo, à subsistência das famílias.

É fato que há um desnível, uma injustiça entre os incentivos e políticas para produção do agronegócio e a agricultura familiar. Hoje, há incentivos, de toda a forma, para a produção em larga escala, produção para exportação que visa o mercado externo. Para os grandes são destinados muitos recursos, tecnologias, financiamentos, enquanto os pequenos produtores são negligenciados, em todos os aspectos e sobrevivem com grandes dificuldades. Mas, apesar de serem excluídos das políticas públicas o povo camponês da região, continua a produzir, a resistir.

O que sua família, grupo, comunidade produz? Sua família já acessou alguma política pública para produzir? Já recebeu algum incentivo, financiamento público? A comida que sua família consome é produzida onde? De onde vem as sementes para plantar? Quem guarda as sementes? Porque é importante guardar as sementes? Vocês usam venenos para produzir?

3. A Geopolítica da Água

Para entender o que acontece no avanço e tentativa de apropriação das águas, no Oeste da Bahia, é preciso entender a movimentação do capitalismo mundial na apropriação privada dessa base natural essencial à sobrevivência de todas as espécies do planeta terra. Tudo que acontece aqui no Oeste da Bahia tem relação direta com o que ocorre no restante do mundo; não são questões específicas, isoladas dessa região. Se a análise partir da compreensão de que são problemas de cunho unicamente regionais, as ações estão condenadas ao fracasso, mais cedo ou mais tarde, porque o inimigo é grande e global.

A mercantilização das águas é uma proposta a ser concretizada no mundo. Há um embate, uma luta explícita ou velada

sobre a concepção de uso e apropriação dessa base natural. De um lado, quem a compreende como mais uma mercadoria para reprodução e acumulação de riqueza que vai para a mão de poucas pessoas. De outro lado, quem a compreende como bem comum que não pode ser precificada, mercantilizada e que não pode ser propriedade privada.

Água como Bem Comum

A água é elemento vital, essencial à sobrevivência humana e de todas as espécies animais e vegetais. É um conceito vivo, em construção por diversos atores sociais populares, compreendida como: Direito universal; Bem Público; não tem preço; não pode ser precificada; Direito Humano. Carrega um significado político, delimita a luta de classe e se contrapõe à mercantilização, a precificação dessa base natural. Por isso, deve estar sob controle dos povos nos seus distintos territórios visando a continuidade da vida dessas e das futuras gerações.

Água como Mercadoria

Os que desejam ser donos da água e torná-la mercadoria a ser vendida como qualquer outra coisa, construíram um caminho longo e detalhado. Aos poucos, tentam convencer a opinião pública, principalmente com o discurso da escassez; pelo convencimento midiático, através das propagandas, fazem as pessoas acreditar que a água deve ser comprada, ter preço pra ser preservada e que o Estado é irresponsável, ineficiente... dizem que os únicos que conseguirão preservar as fontes existentes de água são as empresas capitalistas; a elas deve ser atribuídas as fontes e distribuidoras de águas, pois, as empresas e a gestão privadas são eficientes e responsáveis. Assim mudam as leis para garantir a apropriação e mercantilização das águas, criando um mercado de

águas, atribuindo um valor econômico ao líquido, para além das taxas de serviço que a população já se habituou a pagar.

Água deve ter dono? Se privatizar as fontes naturais de água as empresas vão pensar no povo pobre que estiver com sede? O dinheiro que for arrecadado com a venda da água vai beneficiar quem? Está certo pagar dinheiro para empresas para ter direito a tomar banho de rio?

Discurso da escassez

O discurso da escassez também foi construído, aos poucos ao longo dos anos, tendo como principal porta-voz a Organização das Nações Unidas – ONU. No ano de 1992, a partir da Declarações dos Direitos das Águas faz o debate de que ela é/está escassa e é dotada de valor econômico. A ONU fez diversas declarações, orientações a seus países signatários sobre esse aspecto. Daí em diante, muitas foram as movimentações das corporações internacionais para se apropriarem das águas, com amplas campanhas nas grandes mídias que falam da escassez.

Mas, a ONU não discute para quem e porque a água é escassa, muito menos traz a reflexão das reais intenções por trás da ideia de água escassa e dotada de valor econômico. Todo o discurso é construído para convencer a opinião pública que a água está acabando, que o estado/setor público é ineficiente. Prega que a única saída para que se preserve as fontes restantes é cobrar pela água e passar o controle da mesma para as empresas privadas que são as únicas a gerir bem e com responsabilidade as reservas de água e/ou as empresas responsáveis pelo abastecimento de água.

No mundo hoje, falta água pra quem? Quem passa sede? Quem não tem acesso a água para produzir? Quem controla nossa

água? Por que falta água pra certas populações? O que podemos fazer concretamente pra mudar a situação?

Olhando para a bacia do rio Corrente: quem é que perde a roça por falta de água, por falta de chuva? Quem é que recebe licença para irrigar suas plantações o ano todo? Quem tem acesso às águas dos rios e aquíferos o ano todo?

Essas são algumas das perguntas que temos que nos fazer ao discutir o tema da água como escassa.

Flexibilização das leis

Para alcançar o objetivo de se tornar donos absolutos das fontes naturais e da distribuição de água pelo mundo, as grandes empresas/corporações internacionais não medem esforços e interferem nas leis dos países, manipulando e chantageando as nações por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial para que o desejo da privatização da água se concretize. Querem instituir o mercado global da água, com governança internacional feita pelas empresas privadas capitalistas.

Também nesse aspecto, a ONU teve/tem o papel de legitimar as iniciativas pelo mundo, pois suas declarações, apesar de não ter força de lei, são orientações aos países signatários e o Brasil é um deles. Em nosso país, a primeira legislação a incorporar a ideia de escassez e da água com valor econômico foi a Lei das Águas de número 9.433 de 1997. Desse período adiante, foi sendo preparada uma gama de orientações, portarias, decretos, no País e nos Estados que orientam o uso das águas.

O que já avançou no Brasil para a privatização das águas é insuficiente aos olhos das empresas privadas, assim está em tramitação, no Congresso Nacional, projetos de lei, como o do Senador Tasso Jereissati de número 495/2017 que visa estabelecer escancarada e descaradamente o mercado das águas. O Projeto de Lei se baseia em modelos já implantados em países como o Chile,

modelo esse que só confirma a concentração e exclusão da grande maioria da população pobre do acesso à água, seja para questões básicas como dessedentação ou para a produção.

Quem propõe e faz essas leis? A quem essas leis servem? Elas legitimam quais interesses? O povo tem que aceitar injustiça só porque está na lei? Quem fez a lei? Pra quem fazem a lei? É para o povo? O que o povo ganha com a privatização das águas?

O que o Oeste da Bahia tem a ver com essa história?

Considerando o Estado da Bahia, o Oeste é umas das regiões mais ricas em água: concentra três grandes afluentes do rio São Francisco - rios Grandes, Carinhanha e Corrente. Sem eles o Velho Chico teria grandes dificuldades em chegar a sua foz e distribuir vida pelo Nordeste brasileiro. Aqui há inúmeras veredas, nascentes, pequenos rios que compõem os rios já citados e muita terra para expansão da produção no viés capitalista de produção, por meio do Agronegócio. As condições geográficas e hidrológicas são perfeitas para o plano de expansão capitalista. Há muita terra e muita água e eles querem se apropriar de tudo, mesmo que para isso seja preciso devastar todo o Cerrado, causando a morte de gente de bicho, de rio, do meio ambiente...

O agronegócio explora as águas superficiais e subterrâneas, por meio de outorgas, liberadas pelos órgãos responsáveis às grandes empresas, com argumento de que estão dentro da legalidade - legalidade de leis construídas para facilitar a superexploração das águas até à última gota. As águas que escapam dos sanguessugas dos pivôs centrais correm o risco de ser encurraladas, represadas em diversos projetos de barragens previstos para a região.

As empresas exploram as águas por meio dos pivôs centrais e o que sobra querem prender em barragens para produzir energia; uma vez feita a represa/barragem, as águas dos lagos ficam sob a guarda dos donos das obras. Barragem é a forma velada, um passo para apropriação privada pelas empresas das águas que deveriam ser do povo.

Você conhece algum riacho ou vereda que secou? Quais? Você sabe quantos rios, córregos e veredas secaram em sua região nos últimos 30 anos? Faça uma pesquisa em sua comunidade com as pessoas mais velhas para descobrir o que aconteceu? O que fazer coletivamente para recuperar essas fontes naturais de água?

4. Grilagem das águas pelo agronegócio na bacia do Rio Corrente

A discussão sobre o roubo de terras no Brasil, por meio da grilagem, é antigo e vem há muito tempo sendo denunciado. Grilagem é exclusão, morte de trabalhadores/as e violações dos direitos humanos. Nessa questão, quando se pratica a grilagem de terras, também se pratica a grilagem das águas que compõem aquele território, naquela região.

Compreendendo a grilagem como roubo apropriação indevida/ilegal de terra, a grilagem da água se dá mesma forma. Quando os órgãos competentes autorizam outorgas para uso de água, em terras com títulos de origem fraudulenta, duvidosa... está se legitimando a grilagem e, por sua vez, regularizando a grilagem das águas. Às vezes, ocorre sem conhecimento dos órgãos; outras vezes, as ações ilegais têm o respaldo e recebem, depois do crime cometido, a legalização por parte desses mesmos órgãos. Os usos indevidos/intensos, com retirada de água são feitos tanto nos cursos superficiais quanto nas reservas subterrâneas.

A grilagem das águas é legalizada quando os representantes políticos fazem ajustes nas leis e normativas para favorecer os planos de expansão do agronegócio. As decisões políticas-econômicas migraram para o campo com desculpa de que são decisões técnicas! As definições não podem ser tomadas na esfera econômica, especulativa e sim na esfera política, com participação popular e, definição coletiva, ouvindo principalmente as populações atingidas diretamente pelas medidas a serem tomadas.

Você acha que o povo deve ficar de braços cruzados vendo os rios morrerem? Está certo o que as empresas fazem nos Gerais? Elas usam as terras e as águas para ganharem muito dinheiro. Para onde vai esse dinheiro? E povo da região como fica? O que você e sua comunidade devem fazer sobre isso?

Conflitos

São muitos os conflitos em torno das terras e das águas, na região. Além das grilagens, há projetos de barragens para produção de energia, como o caso da PCH Fazenda Diogo, na comunidade de Aldeia (Santa Maria da Vitória) e Jenipapo (Correntina) na beira do rio Corrente. Se as comunidades não tivessem resistido à construção, mais de 500 famílias seriam atingidas direta e indiretamente. Há o uso excessivo das águas da região pelas grandes empresas, os desmatamentos de Cerrado em grandes áreas... que vem, dia após dia, causando a morte dos rios, num processo lento, mas que é percebido pelas populações locais. Isso desperta e intensifica reações do povo da região.

Muitas ações de rua, ocupação de órgãos públicos, foram feitas por grupos organizados e com participação de muitas pessoas para denunciar e discutir com os órgãos responsáveis sobre a situação e preocupação com o futuro. Discutiram a grilagem, desmatamento do Cerrado, violações de direitos Humanos,

superexploração das águas, todos esses crimes cometidos pelo agronegócio. As lutas são antigas, mas se tornaram mais regionalizadas e com caráter de enfrentamento e denúncia, sobretudo, em 2013, quando as audiências públicas para liberar a destruição de grandes áreas de Cerrado foram impedidas de acontecer pelo povo. Há também as ocupações do INEMA, em 2015 e 2017, atos massivos de rua, sobretudo, o que ocorreu em 2015, onde mais de 6 mil pessoas foram às ruas da cidade de Correntina, exigir que cessasse as ações nefastas do agronegócio.

Os grandes projetos previstos para região vão beneficiar a quem? Que vai lucrar fazendo barragens e aumentando a devastação do cerrado/gerias?

As Outorgas

As outorgas liberadas pelos órgão competentes são as grandes responsáveis pelo uso indiscriminado das águas da região, sejam das águas superficiais ou subterrâneas. Só em Correntina até agosto de 2018, o INEMA, tinha registrado 32 autorizações para poços artesianos entre janeiro de 2016 dezembro de 2017 e 45 usuários outorgados para uso da água. Com fiscalização precária ninguém garante se a realidade não é pior que esses números divulgados. Não há transparência sobre o que acontece na prática, pois não se divulgou onde estão essas liberações nem a quantidade de água que é retirada no total, e principalmente, não há diagnóstico confiável sobre a real situação dos rios.

O que diz o povo?

O povo da região, os ribeirinhos, veem dia-a-dia as águas de seus rios, córregos, veredas, riachos baixarem; muitos já morreram, estão apenas na memória e saudade dos moradores. O povo afirma que antes da instalação do agronegócio na região, nas décadas de

70 e 80, não se tinha notícias de mortes de veredas, riachos, nascentes de água. As mortes das fontes naturais de água são associadas pelos ribeirinhos à ação predatória do agronegócio que desmata o Cerrado e superexplora as águas que restam.

Negligência do Estado?

Não há plano de bacia para o rio Corrente, que conforme a resolução 96/2014 é quem deveria estabelecer as diretrizes e critérios para outorgas de uso de recursos hídricos no estado da Bahia. O INEMA argumenta que utiliza o critério Q90 que analisa quanto de água tem no rio, em 90% do tempo. Mas, esses dados não são seguros, pois se baseiam em médias antigas, com mais de dez anos de defasagem, num momento crítico em que os rios apresentam grande baixa no volume de água. No universo de 49 estações de medição, o INEMA usa dados de apenas 5 estações.

Os dados dessas 5 estações não correspondem à real situação de todos os rios, em todo o seu percurso. Pois, trazem informações de rios específicos em pontos específicos, e ainda assim, são utilizados universalmente para toda a bacia, como se todos os rios estivessem num mesmo patamar. O Comitê da Bacia do Rio Corrente e o Ministério Público Estadual, desde de 2015, já fizeram recomendação ao INEMA para que parasse a emissão de outorgas e que revisasse as que já foram concedidas até que se elaborasse o plano de bacia. Ao contrário do que se recomendou, as outorgas tanto para desmatamento quanto para exploração das águas continuam sendo liberadas indiscriminadamente.

Em sua comunidade passa algum riacho ou rio?

Como está situação das águas nele atualmente?

Converse com alguém mais velho da comunidade para saber mais detalhes de como era o rio e como está hoje? Por que as águas estão baixando?

O que você acha que dever ser feito pra resolver essa disputa no uso das águas em nossa região?

5. O conflito: camponês X agronegócio– o caso Igarashi

O fato

No final do ano de 2017, Correntina, município que concentra a maior parte dos afluentes da bacia do Rio Corrente, destacou-se no cenário nacional devido ao conflito entre camponeses ribeirinhos do Rio Arrojado e fazendas do agronegócio. Trabalhadores camponeses, entre 600 a 1.000 pessoas, em 02 de novembro, ocuparam duas fazendas: Rio Claro do grupo Igarashi e Curitiba, arrendada pelo mesmo grupo, no Distrito de Rosário, município de Correntina. Alvejaram estruturas, instalações, equipamentos de irrigação, postes de energia elétrica, máquinas agrícolas, atearam fogo... em protesto contra a grande quantidade de água retirada do Rio Arrojado que colocava em risco a produção e a vida de todas as famílias ribeirinhas, à jusante.

Conforme notícias divulgadas na época, os prejuízos da fazenda Igarashi giraram em torno de 50 milhões de reais (Notícias Agrícolas, 2017). Além dos problemas em torno das terras e das águas na região Oeste da Bahia, ocorre que o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA concedeu à Fazenda Igarashi, por meio da Portaria nº 9.159, de 27 de janeiro de 2015, o direito de retirar do rio Arrojado uma vazão de 182.203 m³/dia, durante 14 horas/dia, para a irrigação de 2.539,21 ha. Este volume de água retirada equivale a mais de 106 milhões de litros diários, suficientes para abastecer, por dia, mais de 6,6 mil cisternas domésticas de 16.000 litros na região do Semiárido. Esse volume de água daria para abastecer a população da sede do município de Correntina (mais de 12 mil habitantes), por mais de 30 dias, onde o consumo diário da população é de pouco mais de 3 milhões de litros.

As Consequências

Após a divulgação do fato, foram muitas as manifestações em apoio e contra à ação dos camponeses ribeirinhos. As organizações sociais populares e algumas personalidades públicas se colocaram em defesa dos atingidos pela grilagem das águas. As entidades e personalidades representativas do agronegócio, os políticos que os representam e defendem suas bandeiras de morte, classificaram a ação dos camponeses como terrorismo, caso de polícia e cobraram ação efetiva contra os responsáveis.

O governo do estado além de chamar os ribeirinhos de bando, atendeu prontamente as exigências do agronegócio e mandou um grande contingente policial para região, gerando insatisfação e indignação na população local e da região. Foi, então, que mais de 10 mil pessoas tomaram as ruas em manifestação pública, no dia 11 de novembro de 2017, em apoio aos ribeirinhos que executaram a ação na fazenda, de forma violenta, mas em legítima defesa do rio Arrojado.

Muitos trabalhadores foram intimados, e, segundo a comissão do Conselho Nacional de Direitos Humanos, na condução do processo aconteceram inúmeras violações dos direitos humanos denunciada pelos ribeirinhos como, o uso de força policial desmedida. A investigação instaurada, não chegou a resultado concreto³¹. Quiseram individualizar uma ação feita coletivamente por uma massa de ribeirinhos que historicamente vem denunciando e resistindo ao agronegócio. O que ocorreu não foi caso de polícia, foi e é um problema socioambiental que precisa de mediação e afeta o povo da região, há mais de 40 anos.

Um trabalho sério de verdade, seria instaurar a Ação Discriminatória Administrativa Rural nas terras do município de Correntina e prender os grileiros, que roubam as terras, se instalam na região, sugam as riquezas do povo em benefício próprio, destroem o Cerrado, ameaçam o povo, secam seus rios e acabam com suas águas.

Ação do Povo

Em apoio aos camponeses, exigindo resposta do governo do Estado e somando-se ao ato do dia 11 de novembro, foi realizado, no dia 01 de dezembro, um ato público nas ruas da cidade, com participação massiva da população. Na sequência, se fez uma audiência pública, convocada pelo Ministério Público Estadual para discussão do problema com a população e os órgãos competentes. Na ocasião, mais de 5 mil pessoas estiveram presentes. Com participação de inúmeras comunidades e lideranças políticas locais. O governo do estado não compareceu.

Proposta do governo estadual

Depois desses acontecimentos, foram realizadas reuniões entre representantes do Estado da Bahia, comunidades ribeirinhas e Fechos de Pasto da beira do Arrojado e outros rios da região, abrindo diálogo, debatendo a situação. Nos encaminhamentos o governo do Estado, se comprometeu a atuar em quatro eixos: Gestão Hídrica; Gestão Ambiental; Atividade Produtiva com Uso Eficiente da Água e Regularização Fundiária.

Dentre as ações propostas nesses eixos destaca-se: o compromisso de elaborar o Plano de Bacia do Rio Corrente; encaminhar a regularização fundiária das áreas coletiva e individuais

³¹ Até a finalização do texto não se tinham tornado públicos os resultados da investigação. Não se sabe os desfechos.

que demandam o município, priorizando a bacia do rio Arrojado; regularizar todos os usuários de água da região, mapeando os usos, realizando cadastros dos grandes e pequenos proprietários; desenvolver assistência técnica específica aos pequenos produtores, sobretudo os da bacia do rio Arrojado, denominado de Aterágua; exigir implantação de medidores de uso de água aos usuários de outorgas; implantar um sistema de medição da vazão dos rios que possibilitaria o acompanhamento em tempo real.

Os compromissos assumidos se encaminham, de forma lenta (demora que não se vê quando se trata de atender a demanda do agronegócio). Algumas ações têm gerado mais desconfiança nos camponeses, pois, passados quase 2 anos, os problemas persistem. O ponto mais crítico, a emissão de outorgas para uso de água e licenciamentos para destruir o Cerrado, continua ocorrendo como se nada tivesse acontecido.

Há uma decisão política e econômica (na Bahia, no Brasil e no mundo) de priorizar o modelo de produção e expansão do agronegócio. Se continua a destruição, no ritmo em que está, há sérios riscos da região tornar-se um deserto e o povo sucumbir junto com o seu Cerrado e seus rios.

6. O que podemos aprender com essa experiência?

Alguns tópicos para a reflexão:

- **É dever de todo povo da região se organizar e agir** em defesa da sua riqueza maior que são a terra e água. A luta tem que estar nas mãos de muita gente. Todo mundo que bebe água deve discutir, entender e agir para chegar à solução do problema;

- **O que tiver de ser feito tem que considerar o curto, médio e longo prazo.** Sempre pensar: e depois, a gente faz o quê? O povo tem que ser igual fogo de monturo, queimar por baixo, dia e noite. O processo tem que ser continuado, pois o inimigo é grande, forte e está em muitos lugares;
- **Quem se isola, é esmagado!** É preciso contar, denunciar os inimigos para muita gente e em todos os lugares. Buscar apoio. Formar um “feixe de vara” bem forte, uma sozinha é fácil de quebrar. Agir, pensar, fazer no coletivo, muita gente junta; é a única coisa que eles têm medo!
- **Proteger uns aos outros, o povo só conta com o povo!** Ninguém deve soltar a mão de ninguém! Não aceitar nenhum arranhão no povo! É preciso sentir a dor do outro, sentir a dor de quem é perseguido, simplesmente porque defende os gerais, a água, a vida!
- **Nem tudo que está na lei é justo, tem coisa que é legal, está na lei, mas não é legítima!** Precisa mudar muita coisa, se a gente deixar correr solto, é o mesmo que assinar sua sentença de morte. A lei do povo organizado tem que ser respeitada.
- **A luta em defesa da água e da terra é justa! Legítima!** Quando a lei não serve ao povo precisa ser mudada!

APÊNDICE B

A SEDE DO CAPITAL

Grilagem das terras e águas
no Território da Bacia do Rio Corrente



Criação e Elaboração:

Andréia da Silva Neiva

Orientação:

Silvana Lúcia da Silva Lima

Capa:

Arpillera: Privatização das águas na natureza do Coletivo de Mulheres do MAB, Correntina, BA, julho de 2017.

Imagens/Fotografias:

Acervo do MAB

Andréia Neiva

Cleudson Neiva

Cleidiane Barreto

Maria Gorete Neiva

Leandro Caetano

Temoteo Gomes

Imagens da Internet

Diagramação:

MDA Comunicação

Apresentação	3
1. Introdução	4
2. A formação do Território da Bacia do Rio Corrente	5
A História	5
As Terras.....	6
As Cidades	7
O Povo	8
A Produção	9
3. A Geopolítica da Água	11
Água como Bem Comum	12
Água como Mercadoria	12
Discurso da escassez	13
Flexibilização da leis	14
O que Oeste da Bahia tem a ver com essa história?	15
4. Grilagem das águas pelo agronegócio da bacia do Rio Corrente	17
Conflitos	18
As Outorgas	19
O que diz o povo?	20
Negligência do Estado?	20
5. O conflito: camponês X agronegócio o caso Igarashi	22
O Fato	22
As Consequências	23
Ação do Povo	25
Propostas do governo estadual	26
6. O que podemos aprender com a experiência?	27
7. Sugestões de Vídeos	28

As disputas em torno da apropriação da água se acirram no mundo todo. No Oeste da Bahia, região rica em água, não é diferente. Muitos são os conflitos em torno das terras e das águas, conflitos esses que precisam ser registrados e discutidos a partir da visão dos ribeirinhos, que são os que mais sofrem as consequências com a devastação e superexploração das águas pelas grandes empresas.

Assim, diante da necessidade da produção escrita e debate sobre essa temática sob olhar de quem é atingido/a, nasce essa cartilha, como um dos produtos da pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A cartilha traz questões para ajudar na reflexão no decorrer de todo o texto, estimulando o pensamento e ação coletiva sobre diversos problemas que ocorrem na região. Assim é organizado em seis partes, contando com uma breve introdução. No segundo tópico, traz aspectos históricos e geográficos da região; no terceiro, apresenta argumentos sobre geopolítica da água; no quarto, aborda questões sobre o que denominamos de grilagem das águas; no quinto, traz o conflito entre agronegócio e camponeses na beira do Rio Arrojado, retratando o caso Igarashi; e, por último, algumas reflexões/afirmações aprendidas com a experiência.

É um material para estar em muitas mãos! A sugestão é que os grupos discutam as questões e tentem achar respostas e saídas coletivas para os problemas apresentados. Chame seus familiares, vizinhos, amigos, grupo, comunidade, façam a leitura juntos/as! Pois a mesma foi elaborada para ser estudada coletivamente!

Façam bom uso desse material de estudo! Boa leitura!



1 Introdução

A água é essencial à vida no planeta Terra. É elemento vital para o ser humano e todas as outras formas de vida existentes, ao longo da história da humanidade. Todos os processos produtivos desenvolvidos dependeram desse bem natural.

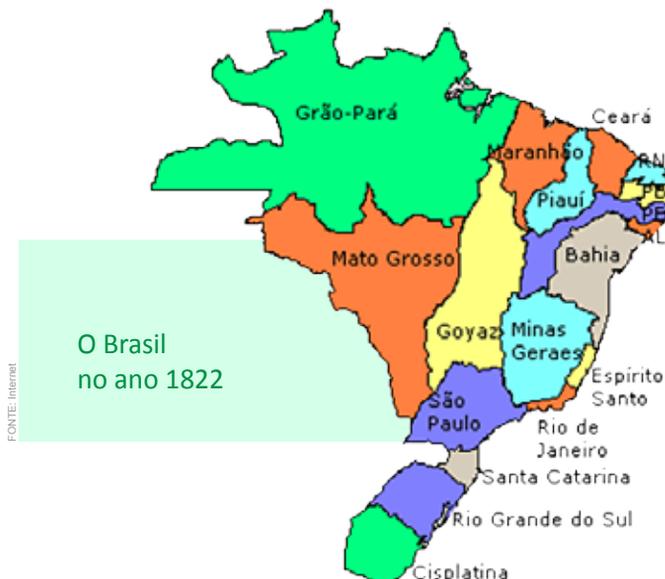
Na sociedade capitalista não é diferente; ao contrário, com essa forma de organização social se aprofunda a exploração dessa base natural, traz consequências drásticas que afetam diretamente a continuidade da vida no planeta, pois as intervenções humanas alteram o ciclo de reposição desse bem, em qualidade e quantidade necessária à sobrevivência humana, animal e vegetal e causa, inclusive, mortes de muitas fontes naturais de água.

Os impactos das medidas capitalistas para se apropriar dessa base natural tem consequências diretas na vida das pessoas e atinge, de forma distinta, as populações que vivem no campo e nas áreas urbanas. As reflexões a seguir tratam, sobretudo, dos processos exploratórios que ocorrem no campo e faz um recorte sobre a situação em parte do Território da Bacia do Rio Corrente.

A formação do território da Bacia do Rio Corrente

A História

A ocupação da região Oeste da Bahia aconteceu paralelamente à ocupação do Brasil, a partir da chegada dos portugueses, em 1500. Mas se deu de forma lenta e gradual; não acompanhou as mudanças ocorridas em outras regiões do Brasil, como ocorria no litoral, que era influenciado pelas mudanças mundiais, na política, economia, etc. Até o ano de 1827, a Região Oeste não pertencia à Bahia¹. Toda a margem esquerda do Rio São Francisco pertencia à Província de Pernambuco, que perdeu parte do seu território por retaliação da Coroa Portuguesa devido a revolta conhecida como Confederação do Equador. Por essas questões históricas, a região ficou conhecida como Região do Além São Francisco e nunca recebeu a devida atenção dos governos. Por longos anos ficou isolada, considerando as ações desenvolvidas no restante do Estado.



¹Região Oeste da Bahia aqui compreendida como toda margem esquerda do Rio São Francisco, compreendendo 35 municípios baianos, considerando desde Carinhanha, que faz limites com Minas Geraes, até Juazeiro, que faz limites com Pernambuco.

As Terras

Com uma área estimada em 183 mil km², desde o início da colonização essas terras foram destinadas às grandes propriedades que se estendem por toda região. Os latifúndios e fazendas surgiram a partir das Sesmarias das famílias Guedes de Brito e Garcia D'Ávila. O movimento de interiorização/ocupação seguiu o curso dos rios da região que, além de abrigarem as Vilas que se formavam, se tornaram rotas para escoamento das mercadorias produzidas. Devido as definições políticas que foram sendo tomadas, a região teve a presença forte de coronéis que dominavam as terras e a política da região, sendo eles mesmos a lei, a ordem, os gestores... por muito tempo. Alguns resquícios dessa forma organizativa perdura até hoje. Isso ocasionou a concentração de terras na mão de poucos e grande contingente de pessoas sem acesso à propriedade da terra. Junto com essa situação ainda há muitos casos de grilagem de terras.

As terras que estão sob a posse dos trabalhadores, sejam elas áreas coletivas e ou individuais, foram ou estão sendo roubadas por meio da grilagem que ocorre na região, como já constatada pelo governo do Estado no ano de 2011. A Ação Discriminatória Administrativa Rural afirmou que no caso da matrícula 2.280, registrada em 1945, foram gerados inúmeros dos diversos registros atuais de terra.

Do total de área registrada pelos órgãos oficiais só em Correntina, 73,94% estão na mão de 409 proprietários (terras roubadas estão dentro desse total), enquanto a cidade tem mais de 31 mil habitantes e mais de 18 mil pessoas morando no campo. Assim, se confirma que a grande maioria é sem-terra, não tem acesso à área para plantar, trabalhar... mesmo tendo sua origem/descendência na região.

A grilagem vem recheada de violência contra os pequenos agricultores e suas lideranças. Nas décadas de 70 e 80 foram, no mínimo, 8 pessoas assassinadas na bacia do rio Corrente, simplesmente por serem defensores dos direitos humanos; morreram por lutarem e se organizarem em defesa das terras e das águas. Para manter o controle sobre esses territórios, o latifúndio, que na época dos coronéis se

valiam de jagunços, hoje lança mão da “Segurança Privada”, conhecida pelo povo da região como pistoleiros, que aterrorizam os povos e comunidades tradicionais que resistem à grilagem do agronegócio².

Na comunidade todo mundo tem um pedaço de terra para plantar? Por que algumas pessoas não tem terra? Quem são os donos da maioria das terras, hoje? Como eles se tornaram donos de tanta terra? O que fazer para que todos tenham acesso à terra? Qual a situação dos que tem terra, todos tem o documento?

Discuta com seu grupo, comunidade o que fazer para resolver a situação da concentração de terra na região.



As Cidades

Os primeiros núcleos e povoações se deram em torno dos currais. Eram pontos econômicos importantes e existiam vários. Há indicativos que as primei-



Território de Identidade
Baía do Rio Corrente
2016



²Abaixo, três notícias sobre prisões de pistoleiros na região oeste:

1. Posseiro prendem capangas de grileiros de terras em Correntina no oeste da Bahia. <http://www.barreirasnoticias.com>, Barreiras notícias, terça-feira, abril 03, 2012. Acesso em 20/05/2017.
2. Trabalhadores prendem pistoleiros em Correntina, Bahia. <http://www.barreirasnoticias.com>. Acesso em 20/05/2017.
3. Em Correntina, três seguranças são presos em área de conflito de terra, publicada em 17/07/2012 14:40:06, <http://leia-mais.ba>. Acesso em 20/05/2017.

ras povoações são datadas do século XVII. Contudo, as primeiras vilas registradas, ainda com a região pertencendo à Província de Pernambuco, foram Barra, em 1752, e Pilão Arcado, em 1810. A partir do território dessas duas Vilas é que surgiram as demais cidades do Oeste da Bahia. Sob a jurisdição da província baiana, a primeira vila criada foi Carinhanha, em 1832. Foi a partir dessa vila que surgiram todas as outras vilas/cidades da bacia do rio Corrente, a exemplo de Correntina, em 1866, Santa Maria da Vitória, em 1880, e Santana, em 1890.

O Povo

A população dessa região é miscigenada, com origem indígena, negra e branca. Com referência à população da Bacia do Rio Corrente, com um total de 200.819 habitantes conforme o censo de 2010, 53,5% mora na zona rural. A presença de camponês/agricultores familiares é grande, comparando à outras áreas do país.



Mastro de São Sebastião



FOTOS: Ademir Pestal

Durante os anos da ocupação houve muita resistência e luta no território; muitas revoltas que ocasionaram a criação de quilombos e a morte de muitos povos originários. Percebe-se fortes traços negros e indígenas na fisionomia e cultura do povo. A mistura da religiosidade, fé, cultura e costumes se traduz em características bem particulares do povo do cerrado baiano. Os povos dessa região são, em sua maioria, populações tradicionais ribeirinhas e de fecho de pasto que tem forte tradição de luta e resistência na defesa dos seus direitos e do meio ambiente.

A Produção

Conforme os registros, ao longo de mais de 300 anos a economia foi desenvolvida em diversos tipos de atividades como, mineração, agropecuária... A predominância sempre foi a produção a partir do trabalho na agricultura, seja na criação de animais ou na produção de produtos de base primária. A maioria da população vive no campo, com forte produção camponesa destinada, sobretudo, à subsistência das famílias.



É fato que há um desnível, uma injustiça, entre os incentivos e políticas para produção do agronegócio e a agricultura familiar. Hoje há incentivos de toda a forma para a produção em larga escala, produção para exportação, que visa o mercado externo. Para os grandes são destinados muitos recursos, tecnologias, financiamentos, enquanto os pequenos produtores são negligenciados em todos os aspectos e sobrevivem com grandes dificuldades. Mas, apesar de serem excluídos das políticas públicas, o povo camponês da região continua a produzir, a resistir.

O que sua família, grupo, comunidade produz? Sua família já acessou alguma política pública para produzir? Já recebeu algum incentivo, financiamento público? A comida que sua família consome é produzida onde? De onde vem as sementes para plantar? Quem guarda as sementes? Por que é importante guardar as sementes? Você usa venenos para produzir?



3 A Geopolítica da Água

Para entender o que acontece no avanço e tentativa de apropriação das águas no Oeste da Bahia é preciso entender a movimentação do capitalismo mundial na apropriação privada dessa base natural, essencial à sobrevivência de todas as espécies do planeta Terra. Tudo que acontece aqui no Oeste da Bahia tem relação direta com o que ocorre no restante do mundo; não são questões específicas, isoladas dessa região. Se a análise partir da compreensão de que são problemas de cunho unicamente regionais, as ações estão condenadas ao fracasso, mais cedo ou mais tarde, porque o inimigo é grande e global.

A mercantilização das águas é uma proposta a ser concretizada no mundo. Há um embate, uma luta explícita ou velada sobre a concepção de uso e apropriação dessa base natural. De um lado, quem a compreende como mais uma mercadoria para reprodução e acumulação de riqueza que vai para a mão de poucas pessoas. De outro lado, quem a compreende como bem comum que não pode ser precificado, mercantilizado e que não pode ser propriedade privada.



Rio Corrente

Água como Bem Comum

A água é elemento vital, essencial à sobrevivência humana e de todas as espécies animais e vegetais. É um conceito vivo, em construção por diversos atores sociais populares, compreendida como: Direito Universal; Bem Público; não tem preço; não pode ser precificada; Direito Humano. Carrega um significado político, delimita a luta de classe e se contrapõe à mercantilização, a precificação dessa base natural. Por isso deve estar sob controle dos povos nos seus distintos territórios, visando a continuidade da vida dessas e das futuras gerações.

Água como Mercadoria

Os que desejam ser donos da água e torná-la mercadoria a ser vendida como qualquer outra coisa, construíram um caminho longo e detalhado. Aos poucos, tentam convencer a opinião pública, principalmente com o discurso da escassez; pelo convencimento midiático, através das propagandas, fazem as pessoas acreditar que a água deve ser comprada, ter preço pra ser preservada e que o Estado é irresponsável, ineficiente... dizem que os únicos que conseguirão preservar as fontes existentes de água são as empresas capitalistas; à elas devem ser atribuídas as fontes e distribuidoras de águas, pois as empresas e a gestão privadas são eficientes e responsáveis. Assim mudam as leis para garantir a apropriação e mercantilização das águas, criando um mercado de águas, atribuindo um valor econômico ao líquido, para além das taxas de serviço que a população já se habituou a pagar.

Água deve ter dono? Se privatizar as fontes naturais de água as empresas vão pensar no povo pobre que estiver com sede? O dinheiro que for arrecadado com a venda da água vai beneficiar quem? Está certo pagar dinheiro para empresas para ter direito a tomar banho de rio?



Discurso da escassez

O discurso da escassez também foi construído aos poucos ao longo dos anos, tendo como principal porta-voz a Organização das Nações Unidas – ONU. No ano de 1992, a partir da Declaração dos Direitos das Águas, fez-se o debate de que ela é/está escassa e é dotada de valor econômico. A ONU fez diversas declarações, orientações a seus países signatários sobre esse aspecto. Daí em diante, muitas foram as movimentações das corporações internacionais para se apropriarem das águas, com amplas campanhas nas grandes mídias que falam da escassez.

Mas a ONU não discute para quem e porquê a água é escassa, muito menos traz a reflexão das reais intenções por trás da ideia de água escassa e dotada de valor econômico. Todo o discurso é construído para convencer a opinião pública que a água está acabando, que o estado/setor público é ineficiente. Prega que a única saída para que se preserve as fontes restantes é cobrar pela água e passar o controle da mesma para as empresas privadas, que são as únicas a gerir bem e com responsabilidade as reservas de água e/ou as empresas responsáveis pelo abastecimento de água.

No mundo hoje, falta água pra quem? Quem passa sede? Quem não tem acesso a água para produzir? Quem controla nossa água? Por que falta água pra certas populações? O que podemos fazer concretamente pra mudar a situação?

Olhando para a bacia do rio Corrente: quem é que perde a roça por falta de água, por falta de chuva? Quem é que recebe licença para irrigar suas plantações o ano todo? Quem tem acesso às águas dos rios e aquíferos o ano todo? Essas são algumas das perguntas que temos que nos fazer ao discutir o tema da água como escassa.



Flexibilização das leis

Para alcançar o objetivo de se tornarem donas absolutas das fontes naturais e da distribuição de água pelo mundo, as grandes empresas/corporações internacionais não medem esforços e interferem nas leis dos países, manipulando e chantageando as nações por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, para que o desejo da privatização da água se concretize. Querem instituir o mercado global da água, com governança internacional feita pelas empresas privadas capitalistas.

Também nesse aspecto, a ONU teve/tem o papel de legitimar as iniciativas pelo mundo, pois suas declarações, apesar de não ter força de lei, são orientações aos países signatários e o Brasil é um deles. Em nosso país, a primeira legislação a incorporar a ideia de escassez e da água com valor econômico foi a Lei das Águas, de número 9.433 de 1997. Desse período adiante, foi sendo preparada uma gama de orientações, portarias, decretos, no País e nos Estados que orientam o uso das águas.

O que já avançou no Brasil para a privatização das águas é insuficiente aos olhos das empresas privadas. Assim, está em tramitação no Congresso Nacional, projetos de lei, como o do Senador Tasso Jereissati, de número 495/2017, que visa estabelecer escancarada e descaradamente o mercado das águas. O Projeto de Lei se baseia em modelos já implantados em países como o Chile, modelo esse que só confirma a concentração e exclusão da grande maioria da população pobre do acesso à água, seja para questões básicas, como dessedentação, ou para a produção.

Quem propõe e faz essas leis? A quem essas leis servem? Elas legitimam quais interesses? O povo tem que aceitar injustiça só porque está na lei? Quem fez a lei? Pra quem fazem a lei? É para o povo? O que o povo ganha com a privatização das águas?



O que o Oeste da Bahia tem a ver com essa história?



FOTO: Tiemoteo Gomes



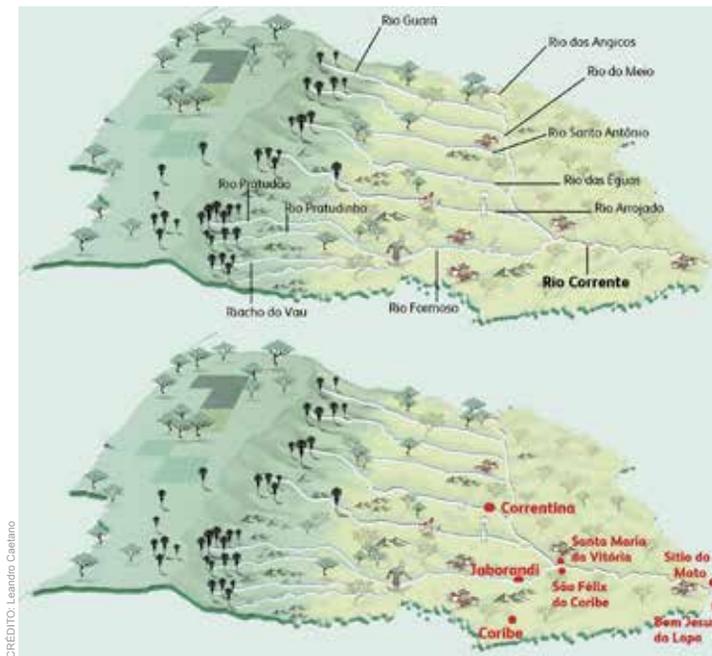
FOTO: Cristiane Barreto



FOTO: Tiemoteo Gomes

Rio Correntina
Rio Arrojado
Rio Formoso

Considerando o Estado da Bahia, o Oeste é umas das regiões mais ricas em água: concentra três grandes afluentes do rio São Francisco - rios Grandes, Carinhonha e Corrente. Sem eles o Velho Chico teria grandes dificuldades em chegar a sua foz e distribuir vida pelo Nordeste brasileiro. Aqui há inúmeras veredas, nascentes, pequenos rios que compõem os rios já citados e muita terra para expansão da produção no viés capitalista de produção, por meio do Agronegócio. As condições geográficas e hidrológicas são perfeitas para o plano de expansão capitalista. Há muita terra e muita água e eles querem se apropriar de tudo, mesmo que para isso seja preciso devastar todo o Cerrado, causando a morte de gente, de bicho, de rio, do meio ambiente...



O agronegócio explora as águas superficiais e subterrâneas por meio de outorgas, liberadas pelos órgãos responsáveis às grandes empresas com argumento de que estão dentro da legalidade – legalidade de leis construídas para facilitar a superexploração das águas até à última gota. As águas que escapam dos sanguessugas dos pivôs centrais correm o risco de ser encurraladas, represadas em diversos projetos de barragens previstos para a região.

As empresas exploram as águas por meio dos pivôs centrais e o que sobra querem prender em barragens para produzir energia; uma vez feita a represa/barragem, as águas dos lagos ficam sob a guarda dos donos das obras. Barragem é a forma velada, um passo para apropriação privada pelas empresas das águas que deveriam ser do povo.

Você conhece algum riacho ou vereda que secou? Quais? Você sabe quantos rios, córregos e veredas secaram em sua região nos últimos 30 anos? Faça uma pesquisa em sua comunidade com as pessoas mais velhas para descobrir o que aconteceu? O que fazer coletivamente para recuperar essas fontes naturais de água?



A discussão sobre o roubo de terras no Brasil por meio da grilagem é antiga e este ato vem há muito tempo sendo denunciado. Grilagem é exclusão, morte de trabalhadores/as e violação dos Direitos Humanos. Nessa questão, quando se pratica a grilagem de terras também se pratica a grilagem das águas que compõem aquele território, naquela região.

Compreendendo a grilagem como roubo, apropriação indevida/ilegal de terra, a grilagem da água se dá da mesma forma. Quando os órgãos competentes autorizam outorgas para uso de água em terras com títulos de origem fraudulenta, duvidosa... está se legitimando a grilagem e, por sua vez, regularizando a grilagem das águas. As vezes ocorre sem conhecimento dos órgãos; outras vezes as ações ilegais tem o respaldo e recebem, depois do crime cometido, a legalização por parte desses mesmos órgãos. Os usos indevidos/intensos com retirada de água são feitos tanto nos cursos superficiais quanto nas reservas subterrâneas.

A grilagem das águas é legalizada quando os representantes políticos fazem ajustes nas leis e normativas para favorecer os planos de expansão do agronegócio. As decisões políticas-econômicas migraram para o campo com desculpa de que são decisões técnicas! As definições não podem ser tomadas na esfera econômica, especulativa, e sim na esfera política, com participação popular e definição coletiva, ouvindo principalmente as populações atingidas diretamente pelas medidas a serem tomadas.

Você acha que o povo deve ficar de braços cruzados vendo os rios morrerem? Está certo o que as empresas fazem nos Gerais? Elas usam as terras e as águas para ganhar muito dinheiro. Para onde vai esse dinheiro? E povo da região, como fica? O que você e sua comunidade devem fazer sobre isso?



Conflitos

São muitos os conflitos em torno das terras e das águas na região. Além das grilagens, há projetos de barragens para produção de energia, como o caso da PCH Fazenda Diogo, na comunidade de Aldeia (Santa Maria da Vitória), e Jenipapo (Correntina), na beira do Rio Corrente. Se as comunidades não tivessem resistido à construção, mais de 500 famílias seriam atingidas direta e indiretamente. Há o uso excessivo das águas da região pelas grandes empresas, os desmatamentos de Cerrado em grandes áreas... que vem, dia após dia, causando a morte dos rios, num processo lento, mas que é percebido pelas populações locais. Isso desperta e intensifica reações do povo da região.



Muitas ações de rua, ocupação de órgãos públicos, foram feitas por grupos organizados e com participação de muitas pessoas para denunciar e discutir com os órgãos responsáveis sobre a situação e preocupação com o futuro. Discutiram a grilagem, desmatamento do Cerrado, violações de Direitos Humanos, superexploração das águas, todos esses crimes cometidos pelo agronegócio. As lutas são antigas, mas se tornaram mais regionalizadas e com caráter de enfrentamento e denúncia, sobretudo, em 2013, quando as audiências públicas para liberar a destruição de grandes áreas de Cerrado foram impedidas de acontecer pelo povo. Há também as ocupações do INEMA, em 2015 e 2017, atos massivos de rua, sobretudo, o que ocorreu em 2015, onde mais de 6 mil pessoas foram às ruas da cidade de Correntina exigir que cessasse as ações nefastas do agronegócio.

Os grandes projetos previstos para região vão beneficiar a quem? Quem vai lucrar fazendo barragens e aumentando a devastação do cerrado/gerias?



Ocupação da audiência, 2013



Ocupação do INEMA, 2017



FOTOS: Acervo IMAB

As Outorgas

As outorgas liberadas pelos órgãos competentes são as grandes responsáveis pelo uso indiscriminado das águas da região, sejam das águas superficiais ou subterrâneas. Só em Correntina, até agosto de 2018 o INEMA tinha registrado 32 autorizações para poços artesianos entre

janeiro de 2016 e dezembro de 2017, além de 45 usuários outorgados para uso da água. Com fiscalização precária, ninguém garante se a realidade não é pior que esses números divulgados. Não há transparência sobre o que acontece na prática, pois não se divulgou onde estão essas liberações nem a quantidade de água que é retirada no total, e principalmente, não há diagnóstico confiável sobre a real situação dos rios.

O que diz o povo?



FOTO: Acervo MAB

O povo da região, os ribeirinhos, veem dia-a-dia as águas de seus rios, córregos, veredas, riachos baixarem; muitos já morreram, estão apenas na memória e saudade dos moradores. O povo afirma que antes da instalação do agronegócio na região, nas décadas de 70 e 80, não se tinha notícias de mortes de veredas, riachos, nascentes de água. As mortes das fontes naturais de água são associadas pelos ribeirinhos à ação predatória do agronegócio que desmata o Cerrado e superexplora as águas que restam.



Negligência do Estado?

Não há plano de bacia para o Rio Corrente que, conforme a resolução 96/2014, é quem deveria estabelecer diretrizes e critérios para outorgas de uso de recursos hídricos no Estado da Bahia. O INEMA argumenta que utiliza o critério Q90 que analisa quanto de água tem no rio, em 90% do tempo. Mas esses dados não são seguros, pois se

baseiam em médias antigas, com mais de dez anos de defasagem, num momento crítico em que os rios apresentam grande baixa no volume de água. No universo de 49 estações de medição, o INEMA usa dados de apenas 5 estações.

Os dados dessas 5 estações não correspondem à real situação de todos os rios, em todo o seu percurso. Pois trazem informações de rios específicos em pontos específicos e, ainda assim, são utilizados universalmente para toda a bacia, como se todos os rios estivessem num mesmo patamar. O Comitê da Bacia do Rio Corrente e o Ministério Público Estadual, desde de 2015, já fizeram recomendação ao INEMA para que parasse a emissão de outorgas e que revisasse as que já foram concedidas até que se elaborasse o plano de bacia. Ao contrário do que se recomendou, as outorgas, tanto para desmatamento quanto para exploração das águas, continuam sendo liberadas indiscriminadamente.

Em sua comunidade passa algum riacho ou rio?

Como está a situação das águas nele atualmente?

Converse com alguém mais velho da comunidade para saber mais detalhes de como era o rio e como está hoje? Por que as águas estão baixando?

O que você acha que dever ser feito pra resolver essa disputa no uso das águas em nossa região?



O fato

No final do ano de 2017, Correntina, município que concentra a maior parte dos afluentes da bacia do Rio Corrente, destacou-se no cenário nacional devido ao conflito entre camponeses ribeirinhos do Rio Arrojado e fazendas do agronegócio. Trabalhadores camponeses, entre 600 a 1.000 pessoas, em 02 de novembro, ocuparam duas fazendas: Rio Claro, do grupo Igarashi, e Curitiba, arrendada pelo mesmo grupo, no Distrito de Rosário, município de Correntina. Alvejaram estruturas, instalações, equipamentos de irrigação, postes de energia elétrica, máquinas agrícolas, atearam fogo... em protesto contra a grande quantidade de água retirada do Rio Arrojado que colocava em risco a produção e a vida de todas as famílias ribeirinhas, à jusante.



Ações nas fazendas



Conforme notícias divulgadas na época, os prejuízos da fazenda Igarashi giraram em torno de 50 milhões de reais (Notícias Agrícolas, 2017). Além dos problemas em torno das terras e das águas na região Oeste da Bahia, ocorre que o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA concedeu à Fazenda Igarashi, por meio da Portaria nº 9.159, de 27 de janeiro de 2015, o direito de retirar do Rio Arrojado uma vazão de 182.203 m³/dia, durante 14 horas/dia, para a irrigação de 2.539,21 ha. Este volume de água retirada equivale a mais de 106 milhões de litros diários, suficientes para abastecer, por dia, mais de 6,6 mil cisternas domésticas de 16.000 litros na região do Semiárido. (VÁRIOS AUTORES, 2017). Esse volume de água daria para abastecer a população da sede do município de Correntina (mais de 12 mil habitantes), por mais de 30 dias, onde o consumo diário da população é de pouco mais de 3 milhões de litros.

As Consequências

Após a divulgação do fato, foram muitas as manifestações em apoio e contra a ação dos camponeses ribeirinhos. As organizações sociais populares e algumas personalidades públicas se colocaram em defesa dos atingidos pela grilagem das águas. As entidades e personalidades representativas do agronegócio, os políticos que os representam e defendem suas bandeiras de morte, classificaram a ação dos camponeses como terrorismo, caso de polícia e cobraram ação efetiva contra os responsáveis.

O governo do estado, além de chamar os ribeirinhos de bando, atendeu prontamente as exigências do agronegócio e mandou um grande contingente policial para região, gerando insatisfação e indignação na população local e da região. Foi, então, que mais de 10 mil



As pessoas tomaram as ruas em manifestação pública, no dia 11 de novembro de 2017, em apoio aos ribeirinhos que executaram a ação na fazenda, de forma violenta, mas em legítima defesa do rio Arrojado.



Ato do dia 11/11/2017



FOTOS: Acervo MAB

Muitos trabalhadores foram intimados e, segundo a comissão do Conselho Nacional de Direitos Humanos, na condução do processo aconteceram inúmeras violações dos Direitos Humanos denunciadas pelos ribeirinhos, como o uso de força policial desmedida. A investigação instaurada não chegou a resultado concreto³. Quiseram individualizar uma ação feita coletivamente por uma massa de ribeirinhos que, historicamente, vem denunciando e resistindo ao agronegócio. O que ocorreu não foi caso de polícia, foi e é um problema socioambiental que precisa de mediação e afeta o povo da região há mais de 40 anos.

Um trabalho sério de verdade seria instaurar a Ação Discriminatória Administrativa Rural nas terras do município de Correntina e prender os grileiros, que roubam as terras, se instalam na região, sugam as riquezas do povo em benefício próprio, destroem o Cerrado, ameaçam o povo, secam seus rios e acabam com suas águas.

Ação do Povo

Em apoio aos camponeses, exigindo resposta do governo do Estado e somando-se ao ato do dia 11 de novembro, foi realizado, no dia 01 de dezembro, um ato público nas ruas da cidade com participação massiva da população. Na sequência, se fez uma audiência pública, convocada pelo Ministério Público Estadual, para discussão do problema com a população e os órgãos competentes. Na ocasião, mais de 5 mil pessoas estiveram presentes, com participação de inúmeras comunidades e lideranças políticas locais. O governo do Estado não compareceu.



Audiência do dia 1º de dezembro

³Até a finalização do texto não se tinham tornado públicos os resultados da investigação. Não se sabe os desfechos.

Propostas do governo estadual

Depois desses acontecimentos foram realizadas reuniões entre representantes do Estado da Bahia, comunidades ribeirinhas e Fechos de Pasto da beira do Arrojado e outros rios da região, abrindo diálogo, debatendo a situação. Nos encaminhamentos, o governo do Estado se comprometeu a atuar em quatro eixos: Gestão Hídrica, Gestão Ambiental, Atividade Produtiva com Uso Eficiente da Água e Regularização Fundiária.

Dentre as ações propostas nesses eixos destaca-se: o compromisso de elaborar o Plano de Bacia do Rio Corrente; encaminhar a regularização fundiária das áreas coletivas e individuais que demandam o município, priorizando a bacia do rio Arrojado; regularizar todos os usuários de água da região, mapeando os usos, realizando cadastros dos grandes e pequenos proprietários; desenvolver assistência técnica específica aos pequenos produtores, sobretudo os da bacia do rio Arrojado, denominado de Aterágua; exigir implantação de medidores de uso de água aos usuários de outorgas; implantar um sistema de medição da vazão dos rios que possibilitaria o acompanhamento em tempo real.

Os compromissos assumidos se encaminham de forma lenta (demora que não se vê, quando se trata de atender a demanda do agronegócio). Algumas ações tem gerado mais desconfiança nos camponeses, pois, passados quase 2 anos, os problemas persistem. O ponto mais crítico, a emissão de outorgas para uso de água e licenciamentos para destruir o Cerrado, continua ocorrendo como se nada tivesse acontecido.

Há uma decisão política e econômica (na Bahia, no Brasil e no mundo) de priorizar o modelo de produção e expansão do agronegócio. Se continua a destruição, no ritmo em que está, há sérios riscos da região tornar-se um deserto e o povo sucumbir junto com o seu Cerrado e seus rios.

O que podemos aprender com essa experiência?

Alguns tópicos para a reflexão:

É dever de todo povo da região se organizar e agir em defesa da sua riqueza maior que são a terra e água. A luta tem que estar nas mãos de muita gente. Todo mundo que bebe água deve discutir, entender e agir para chegar à solução do problema;

O que tiver de ser feito tem que considerar o curto, médio e longo prazo. Sempre pensar: e depois, a gente faz o que? O povo tem que ser igual fogo de monturo, queimar por baixo, dia e noite. O processo tem que ser continuado, pois o inimigo é grande, forte e está em muitos lugares;

Quem se isola, é esmagado! É preciso contar, denunciar os inimigos para muita gente e em todos os lugares. Buscar apoio. Formar um “feixe de vara” bem forte, uma sozinha é fácil de quebrar. Agir, pensar, fazer no coletivo, muita gente junta; é a única coisa que eles tem medo!

Proteger uns aos outros, o povo só conta com o povo! Ninguém deve soltar a mão de ninguém! Não aceitar nenhum arranhão no povo! É preciso sentir a dor do outro, sentir a dor de quem é perseguido, simplesmente porque defende os gerais, a água, a vida!

Nem tudo que está na lei é justo, tem coisa que é legal, está na lei, mas não é legítima! Precisa mudar muita coisa. Se a gente deixar correr solto, é o mesmo que assinar sua sentença de morte. A lei do povo organizado tem que ser respeitada.

A luta em defesa da água e da terra é justa! Legítima! Quando a lei não serve ao povo, precisa ser mudada!



A Sede do Capital - A luta pela água no oeste da Bahia

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YBLdwiCzk_c



Corrente das Águas: o vale em-Cerrado

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=krabfRX-Cgc&t=887s>



Guerra e paz nos sertões do Gerais

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=spxEo8-CSUo>



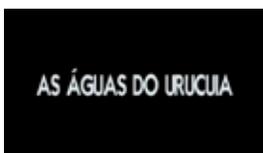
Globo Rural, Canal do Rio Arrojado

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Db0-YfKd_c4



Povo do Gerais

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rJA7q3wvddk>



As Águas do Urucua

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JcXChnvunUI&t=26s>



Gerações Geraizeiras

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gKXH06e3mEI&t=9s>

A SEDE DO CAPITAL

Grilagem das terras e águas no Território da Bacia do Rio Corrente

2019